



**JULIANA FERNANDES COOPERAÇÃO DESCENTRALIZADA – ESTUDO
RIBAU CASO – RA: REDE AJUDA**



JULIANA FERNANDES RIBAU **COOPERAÇÃO DESCENTRALIZADA – ESTUDO
CASO – RA: REDE AJUDA**

dissertação apresentada à Universidade de Aveiro para cumprimento dos requisitos necessários à obtenção do grau de Mestre em Governança, Competitividade e Políticas Públicas, realizada sob a orientação científica do Dr. Carlos Eduardo Machado Sangreman Proença, Professor Auxiliar do Departamento de Ciências Sociais, Políticas e do Território da Universidade de Aveiro

Dedico este trabalho à minha avó, porque soube sempre aguentar o meu mau feito.

o júri

Presidente

Doutor André Azevedo Alves
professor auxiliar convidado da Universidade de Aveiro

Professora Doutora Ana Catarina Larcher das Neves Santos Carvalho
professora auxiliar convidada do ISCTEC – Instituto Universitário de Lisboa

Professor Doutor Carlos Eduardo Machado Sangreman Proença
professor auxiliar da Universidade de Aveiro

agradecimentos

O presente trabalho propõe-se clarificar uma nova forma de Cooperação Internacional Para o Desenvolvimento – Cooperação Descentralizada – cuja está baseada no reforço do papel da sociedade civil, especialmente das Organizações Não-Governamentais para o Desenvolvimento. Este trabalho só foi possível graças à incasável ajuda do Professor Doutor Carlos Sangreman e da Associação para a Cooperação Entre os Povos (ACEP), particularmente a Dra. Liliana Azevedo, que se mostrou sempre disponível.

palavras-chave

cooperação internacional, cooperação descentralizada, sociedade civil, ONGD's, desenvolvimento.

resumo

Atualmente assiste-se a grandes mudanças, não só institucionais mas também sociais, fazendo com que se alterem as principais formas de organização social, política e económica.

A Cooperação Internacional Para o Desenvolvimento, tal como outras áreas da sociedade, tem vindo a evoluir com os tempos. Desde a Cooperação Bilateral, passando pela Cooperação Multilateral, hoje estamos perante novas formas de Cooperação Internacional.

O que proponho com este trabalho é a apresentação de uma nova forma de Cooperação Internacional – a Cooperação Descentralizada – que surge com o poder concedido às organizações da sociedade civil, neste caso particular às Organizações Não-Governamentais para o Desenvolvimento, apresentando para tal o estudo de caso de uma organização não governamental guineense: RA: Rede Ajuda – Intercooperação e Desenvolvimento.

keywords

internacional cooperation, decentralized cooperation, civil society, NGOD's, development.

abstract

The world is facing dramatic changes, not only institutional but also social changes, which modify social, economical and political organization. International Cooperation, as well as any other social areas, has been evolving into new forms of International Cooperation. From Bilateral and Multilateral Cooperation, nowadays the studies on cooperation face a new concept – Decentralized Cooperation.

This paper is a presentation of this new form of International Cooperation that emerges with the power granted to civil society organizations.

This paper, in particular, focus on the importance Non-Governmental Organizations; presenting a study case on the guinea NGO: RA: Rede Ajuda – Cooperação e Desenvolvimento

Índice

Lista de acrónimos e abreviaturas.....	ii
Cronograma de Trabalho	iii
Introdução.....	1
I. A Epistemologia na Cooperação	3
II. A Cooperação Descentralizada para o Desenvolvimento.....	16
III. Sociedade Civil e Organizações Não Governamentais para o Desenvolvimento	28
IV. O Contexto: Guiné-Bissau.....	44
V. Estudo de Caso	57
VI. Análise e Conclusões Finais	87
Bibliografia.....	92
Anexos	

Lista de Acrónimos e Abreviaturas

CID: CID

CDD: Cooperação Descentralizada para o Desenvolvimento

CPD: Cooperação Portuguesa para o Desenvolvimento

PVD: Países em Vias de Desenvolvimento

ONG: Organizações Não Governamentais

ONGD: Organizações Não Governamentais para o Desenvolvimento

RA: Rede Ajuda – Intercooperação e Desenvolvimento

ACEP: Associação Para Cooperação entre os Povos

FMI: Fundo Monetário Internacional

BM: Banco Mundial

ONU: Organização das Nações Unidas

UE: União Europeia

CPLP: Comunidade dos Países de Língua Portuguesa

PALOP: Países Africanos de Língua Oficial Portuguesa

CPD: Cooperação Portuguesa para o Desenvolvimento

ADP: Ajuda Pública para o Desenvolvimento

ODM: Objetivos de Desenvolvimento do Milénio

PVD: Países em Vias de Desenvolvimento

PIC: Programas Indicativos de Cooperação

EPCA: Assistência de Emergência Pós-Conflito

ECF: Facilidade de Crédito Ampliado

UEMOA: União Económica e Monetária do Oeste Africano

CEDEAO: Comunidade Económica de Desenvolvimento da África Ocidental.

IMVF: Instituto Marquês de Valle Flôr

NEPAD: Nova Pareceria para o Desenvolvimento Africano

ONG: Organização Não Governamental

PAIGC: Partido Africano Para a Independência na Guine e Cabo Verde

NEPAD: Nova Pareceria para o Desenvolvimento Africano

OSM: Organizações sociais de massas

PLACON-GB: Plataforma de Concertação de ONG na Guiné-Bissau

OCB: Organizações comunitárias de base

Cronograma de Trabalho

Etapas	Ano 2011												Ano 2012
	Jan	Fev	Mar	Abr	Mai	Jun	Jul	Ago	Set	Out	Nov	Dez	Jan
Definição do tema e estratificação da dissertação.													
Recolha e análise da bibliografia preponderante.													
Capítulo I													
Capítulo II													
Capítulo III													
Capítulo IV													
Recolha e análise de dados sobre o projeto a apresentar													
Capítulo V e Considerações Finais													
Revisão Final e Entrega da Dissertação													

Introdução

Marcada pela evolução das sociedades, a Cooperação Internacional para o Desenvolvimento tem vindo a configurar os seus modelos, métodos e os instrumentos, de modo a adaptar-se a novas realidades.

É com base nesta evolução natural da CID que pretendo explicar um novo modelo de CID: a Cooperação Descentralizada para o Desenvolvimento.

Este novo modelo, que pretende ser mais que a mera descentralização de iniciativas e projetos, tem na sua génese a evolução e a importância de dois fenómenos sociais amplamente debatidos: a globalização e a descentralização.

Assim, o objetivo desta dissertação é explicar o modelo de Cooperação Descentralizada para o Desenvolvimento, reforçando essa explicação, com a apresentação de um Estudo de Caso.

Para concretizar este objetivo tive de, num primeiro momento, reunir toda a bibliografia necessária para enquadrar e definir o modelo de CDD e, num segundo momento, adquirir informação sobre o estudo de caso que pretendo apresentar.

Assim, esta dissertação tomará a seguinte forma:

- A 1.^a Parte, que consiste numa abordagem puramente conceptual, pretende:
 - a) Apresentar uma breve descrição da evolução das teorias da CID,
 - b) Enquadrar a Cooperação Portuguesa para o Desenvolvimento,
 - c) Explicar o conceito de CDD e
 - d) Explicar a importância da sociedade civil, dando particular ênfase à Organizações não Governamentais.
- A 2.^a Parte, que consiste numa abordagem mais prática, é concretizada pela apresentação de um Estudo Caso. Trata-se da descrição de um projeto de desenvolvimento levado a cabo por uma ONGD guineense – Rede Ajuda – Cooperação e Desenvolvimento – nas regiões de Tite e Falacunda na Guiné-Bissau.

- A última parte da tese será a análise e a conclusão de todo o trabalho. Este deverá ser o último capítulo da dissertação e, pretende contrapor os objetivos do modelo de CDD, que são apresentados na primeira parte, como os resultados do projeto descritos na segunda parte.

Espero que, ao terminar esta dissertação, para além de ter apresentado um melhor entendimento sobre o modelo de CDD, possa também ter conseguido demonstrar que este modelo de cooperação apresenta algumas vantagens comparativamente a outros modelos de cooperação.

I. A Epistemologia na Cooperação

A CID é marcada pela evolução de duas áreas de conhecimento: a) Economia do desenvolvimento e b) Relações internacionais.

1. Economia do Desenvolvimento

Do ponto de vista económico poderá dizer-se que a teoria da CID foi evoluindo ao mesmo ritmo das teorias económicas.

Para Lerner (in Sangreman et al. 2010, p.28), a CID é especialmente marcada pela **Teoria da Modernização**. Esta assenta na premissa de que sociedades tradicionais passariam a modernas, graças a uma transformação “natural” advinda de fenómenos e interações sociais. Resumidamente, todos os países acabariam, mais cedo ou mais tarde, por concretizarem o mesmo nível de desenvolvimento e por praticarem o mesmo modelo de crescimento. A CID, neste âmbito, funcionava como a alavanca necessária aos Países em Vias de Desenvolvimento (PVD) para que estes pudessem atingir o nível dos países desenvolvidos mais rapidamente.

A **Escola Dualista** evidencia a importância de dois setores no processo de desenvolvimento. Assim, a CID teria duas tarefas essenciais: a) Aumentar os níveis de poupança de modo a incrementar o investimento e b) Conceder financiamento para equilibrar as contas nacionais dos países recetores de ajuda.

A CID é, também, marcada pelas **Teorias Neo-liberais**, destacando-se o papel de Rostow, o autor de “As Etapas do Crescimento Económico”. Segundo este autor, os PVD devem, numa primeira fase, reunir as condições essenciais para darem o primeiro impulso (take off) e, assim que este for dado, concretizarem um caminho forte e consistente até chegarem à sociedade de consumo. Nota-se a forte presença do modelo de desenvolvimento americano e europeu em todas as atividades e conceitos da CID porque o objetivo fundamental, inculcado aos PVD, era chegar à sociedade de consumo. (Sangreman et al. 2010, p.29)

A Teoria de Rostow, embora tenha sido amplamente difundida e aplicada na CID, foi criticada por vários autores. Para Hirschman, A.O. (in Sangreman et al. 2010, p.29) a teoria de “As Etapas do Crescimento Económico” implica, na fase do *take off*, um investimento simultâneo e homogéneo em diferentes setores.

Para estes países, que não têm recursos próprios suficientes, torna-se impossível concretizar esses investimentos sem recorrer ao endividamento, proporcionando o aparecimento do que Nurske (in Sangreman et al. 2010, p.29) chama de “*círculo vicioso de pobreza*”.

A teoria económica vai sendo marcada por sucessivas preocupações de carácter social. A primeira grande crítica diz respeito à **dicotomia entre crescimento e desenvolvimento**. Cherney, H. e al. (in Sangreman et al. 2010, p.29) concluem que crescimento não é sinónimo de desenvolvimento e que as estratégias, até então prosseguidas, se focalizaram no crescimento económico e na industrialização, esquecendo outros setores essenciais para um desenvolvimento sustentável e equilibrado.

Esta nova lógica de desenvolvimento, que deve ser sustentável e equilibrado, e o endividamento dos países a atingir máximos, obrigou à introdução dos **projetos sectoriais** dirigidos para áreas específicas, tais como: agricultura, saúde materno-infantil, habitação, crescimento urbano, energia, transportes, telecomunicações, saneamento, desenvolvimento rural, entre outros.

A lógica dos **projetos sectoriais** era amplamente praticada até o surgimento da crise da dívida externa. Como os sucessivos aumentos do preço do petróleo as teorias Neo-liberais, que julgavam a economia a base do desenvolvimento, foram abaladas e, conseqüentemente, o papel da CID voltou a mudar. Esta passou a ter o papel de equilibradora do sistema financeiro e impulsionadora de uma nova mentalidade, regida por critérios de boa governação, que permitissem o não endividamento dos PVD e o equilíbrio do sistema bancário ocidental. (Sangreman et al. 2010, p.30).

Regida por padrões económicos, a Ajuda passou a ser dominada por instituições internacionais (ex. Fundo Monetário Internacional (FMI) e Banco Mundial (BM)) que emitiam programas, pareceres e avaliações aos países recetores de financiamento. O

conceito de avaliação ganha nova força porque era necessário perceber se os programas desenhados e a aplicação dos recursos estavam a obter os resultados pretendidos.

Estes novos padrões ficaram consagrados no “*Washington Consensus*”. Este consenso, que é dominado pelas teorias neo-liberais e pelos pensamentos da Escola de Chicago, reafirma o poder das instituições internacionais porque, segundo Kruger, Colander e Bahagwati (in Sangreman et al. 2010, p.30), o Estado é visto como sufocador da economia, impulsionador de corrupção, “*rent-seeking*” e distorção de preços.

Este consenso, que engloba três gerações de medidas, tinha como objetivo principal a redução da pobreza, que passou a ser o objetivo orientador de todas as políticas e iniciativas a nível internacional. No entanto este sofreu algumas críticas, tais como: a) O seu exagerado economicismo e b) A avaliação aos programas do FMI e do BM revelaram que a pobreza, em muitos casos, não se tinha alterado; os problemas continuavam a existir e as dívidas dos países tinham crescido.

O FMI e o BM, ao admitirem as suas falhas, iniciaram uma luta cerrada contra a pobreza. Essa luta ganhou forma em diversos documentos, nomeadamente nos Objetivos de Desenvolvimento do Milénio. Surge, assim, uma nova visão: o “*Monterrey Consensus*”.

Este novo consenso tinha como principal objetivo reduzir a pobreza o mais rapidamente possível. Para tal, promoveu uma nova atitude face aos problemas – “*empowerment dos pobres*” – garantindo aos mais pobres o acesso a oportunidades de desenvolvimento, reduzindo a sua vulnerabilidade. (Sangreman et al. 2010, p.33)

Além da promoção de oportunidades, o *Monterrey Consensus* também promovia a boa governação, colocando os países recetores de ajuda no centro das decisões. Estes passaram a desenhar as suas estratégias, com a possibilidade de poder adaptar, à sua realidade específica, todas as medidas necessárias.

Este paradigma volta a centrar as atenções no papel do Estado. Este passa a poder definir prioridades, assumindo-as perante as instituições internacionais. É um Estado com um papel mais forte, mas que não “sufoca” a economia e a sociedade civil, garantindo que todos têm acesso a oportunidades, sobretudo os mais pobres.

A CID, com estas tendências, impulsionou ideais de participação da sociedade civil, desenhando programas tendo em atenção as características do “local” de modo a responder às necessidades concretas de uma realidade específica. Países doadores e recetores de

ajuda passaram a harmonizar práticas e iniciativas, desenhadas no local e apoiadas pela comunidade internacional.

O *Monterrey Consensus*, trazendo novos conceitos e formas de ajuda, inculcou a ideia de que o combate pobreza é uma tarefa de todos os países, e que a paz social e a segurança são aspetos que todos querem partilhar. (Sangreman et al. 2010, p.35)

2. Relações Internacionais

Do ponto de vista das Relações Internacionais, a Cooperação Internacional é vista como a ação dos Estados, cuja está subordinada à posição das nações mais poderosas.

No mundo atual, não se sabendo quem é a autoridade, reina uma atitude dominada pela “ética de sobrevivência” em que os países mais fracos se subordinam às ordens das grandes nações (EUA e a Europa). (Sangreman et al. 2010, p.35)

O passado estava dominado por alianças de caráter militar, que tinham curta duração; atualmente existem acordos internacionais que não se resumem a objetivos puramente militares.

Para Powell (in Sangreman e al., 2010, p.36), a CID é vista como uma *cooperação de interesses* onde os países têm como objetivo principal concretizar os seus interesses, sejam eles a segurança ou o simples aumento de poder.

As escolas funcionalistas e neo-funcionalistas consideram que a CID se baseia nas organizações internacionais, que desempenham tarefas maioritariamente técnicas, para as quais os Estados transferem a solidariedade e os valores nobres da sua população.

Para autores Institucionalistas, como Keohane (in Sangreman et al., 2010, p.36), a redução dos custos de transação tende a aumentar as probabilidades de cooperação. Para os Institucionalistas incentivar a cooperação com atores egoístas reduziria a incerteza e aumentaria a eficácia e a eficiência dos projetos, porque se reduziriam os custos de transação. Quanto mais se afastar da premissa de “soma zero”, entre benefícios e custos, mais possibilidade de ocorrer cooperação existirá. Ao se aproximar da “soma zero” as possibilidades de cooperação diminuem.

3. O Paradigma Atual

A nova teoria da cooperação realça a não linearidade das ações. Os novos ideais baseiam-se numa atitude interdisciplinar, descentralizada e participativa, que os diferentes atores, sejam eles financiadores ou financiados, tiveram de passar a adotar. Neste modelo os impactos da CID são vistos a nível local mas também global.

A CID não tem um conhecimento estabilizado porque existem diferentes conjuntos de soluções, diferentes modos de fazer cooperação e de atuar no “campo”. Isto resulta num conhecimento pouco consensual e coerente.

Pese embora o facto do conhecimento sobre a CID não reunir um único consenso, a CID tem três consensos que podem, de certa forma, resumir a história da sua evolução:

1. Projeto sectoriais – que foi destacado pela economia do desenvolvimento, e que punha em destaque o papel do Estado como sendo o único a atuar na resolução de problemas. Mas o surgimento da dívida externa levou ao condicionamento dos empréstimos, direcionando-os para setores estratégicos. Como tal, o FMI e o BM ganham uma posição de destaque na avaliação e na atribuição de financiamento.
2. “*Washington Consensus*” – este consenso assentava nos ideais de estabilidade e ajustamento estrutural, sendo mais tarde complementado com o critério de “boa governação”. As medidas consagradas tinham um carácter económico, fiscal e comercial muito forte e, mais uma vez, destaca-se o papel da “boa governação” com o objetivo de uma melhor gestão do financiamento.
3. “*Monterrey Consensus*” – este surgiu para tornar mais eficaz a CID alterando, para isso, o papel dos intervenientes. Este consenso destaca a necessidade de *empowerment* dos mais marginalizados. Aqueles que, normalmente, estavam afastados do centro do processo passam a ter uma palavra a dizer e uma posição de destaque no processo de cooperação. Este paradigma regia-se pelo compromisso assumido pelos ODM: redução de pobreza a nível mundial a par com um crescimento económico sólido e duradouro. Este, apesar de considerar de extrema importância o crescimento económico assente no comércio e num sistema produtivo eficaz, introduz medidas ligadas ao “social”. Não deixa de ponderar que é necessário erradicar a pobreza, dando oportunidades de saúde, educação,

habitação, segurança e paz às nações que ainda não conseguiram atingir esse patamar.

Os consensos que foram desenhando o “campo” da Cooperação Internacional estão mais estabilizados, por isso a ação dos agentes tem vindo a ser mais consensual, não significando a concretização de **um** consenso sobre “conhecimento” da CID.

A necessidade de dar mais eficácia às políticas de cooperação, e de aumentar os recursos disponíveis para essa área, fez com que a Cooperação Internacional tentasse uma convergência mais alargada. Como existe uma maior preocupação com a eficiência e a coerência da ajuda, o alinhamento de políticas internacionais e a harmonização de esforços tornou-se uma necessidade dos Estados.

Além da preocupação com a eficiência da ajuda assistiu-se a um desligamento da Ajuda, ou seja começam a surgir instituições internacionais que padronizam as atividades e que incutem aos países recetores de ajuda um comportamento responsável face aos fundos que recebem. A ajuda passou de bilateral, em que as iniciativas de cooperação ocorrem entre dois países parceiros, para multilateral, em que as iniciativas se processam entre um país e uma organização internacional.

Com o desenvolvimento da cooperação multilateral reforçou-se os ideais de colaboração em igualdade. Este tipo de cooperação rege-se por três princípios:

1. Interesses mútuos – existência de benefícios para as partes envolvidas; (ideia de benefício mútuo)
2. Complementaridade de ações e esforços para evitar ações repetidas e desnecessários desperdícios de fundos;
3. Participação de todos os envolvidos no processo de desenvolvimento;

Anteriormente cada país cooperava de acordo com as suas características e culturas. Por exemplo, Portugal tinha relações estreitas de cooperação com países africanos devido à forte ligação histórica com estes, fruto de um período de domínio lusitano. O mesmo acontecia com o Reino Unido e os países da “Commonwealth” onde a cooperação existia para colmatar interesses que ambos intervenientes tinham no “campo”.

Mas, porque os padrões de eficiência se impunham, a cooperação multilateral tomou maior peso com o papel de instituições internacionais, tais como o FMI, a União Europeia, as Nações Unidas, entre outras, que passaram a controlar os aspetos ligados à CID.

A cooperação passou a fazer-se num contexto multilateral, onde os países beneficiários da ajuda internacional respondiam pela ajuda concedida. Os diversos países perderam “liberdade” de atuação porque as instituições internacionais, que padronizavam toda a cooperação, impunham medidas de eficiência, eficácia e alinhamento a toda a ajuda atribuída.

Com o aumento da participação da sociedade civil na cooperação internacional, os métodos de cooperação tomaram novos rumos. A crescente importância de atores Não-estatais, tais como as Organizações Não-Governamentais para o Desenvolvimento (ONGD), impulsionou uma nova forma de cooperação: a Cooperação Descentralizada para o Desenvolvimento, um conceito a desenvolver no capítulo II e que serve de base a este trabalho.

4. A Cooperação Portuguesa para o Desenvolvimento

1. Visão Global

Estando dividido entre África e Europa, Portugal sempre manteve um diálogo de cooperação com as suas ex-colónias. Mas em 1999 a preocupação fundamental era fazer com que o país encontrasse uma estratégia de convergência aos modelos de cooperação europeus. Era necessário entrar num círculo de convergência económico, político e social; e a cooperação, estando integrada na política externa de Portugal, teria também de convergir aos modelos europeus. (IPAD 2008b, p.12).

Assim, em 2005 a Cooperação Portuguesa para o Desenvolvimento (CPD) ganha uma forma renovada com a adoção de “Uma Visão Estratégica para a Cooperação Portuguesa”, cuja função é “enquadrar a Cooperação Portuguesa para o Desenvolvimento e definir os princípios, prioridades e instrumentos da mesma”. (IPAD 2010, p.9)

Segundo este documento a missão da CPD é “contribuir para a realização de um mundo melhor e mais estável, muito em particular nos países lusófonos, caracterizado pelo

desenvolvimento económico e social, e pela consolidação e aprofundamento da paz, da democracia, dos direitos humanos e do Estado de direito”. (IPAD 2008b, p.19).

2. Princípios da CPD

Para a prossecução da sua missão, a Cooperação Portuguesa é guiada por cinco princípios essenciais:

2.1. Objetivos de Desenvolvimento do Milénio

Estes são a expressão das metas que a CID se propõe concretizar. Assim, a CPD tem a missão de convergir para estes objetivos, apoiando projetos e iniciativas que estejam de acordo com os ODM.

2.2. Reforço da Segurança Humana

A importância da Segurança Humana ficou consagrada no documento de 2003 – “A Segurança Humana, Agora” – onde se esclarece que a privação é uma das maiores causas de violência. Neste âmbito a Cooperação Técnico-Militar e a Cooperação Técnico-Policial têm a função de reforço da Segurança Humana que, conseqüentemente, contribui para a concretização dos ODM.

2.3. Apoio à Lusofonia

A língua portuguesa, além ser um fator de identidade para todos os países lusófonos, é uma das principais vantagens estratégicas que Portugal possui nas relações de cooperação, uma vez que esta é falada em quatro continentes.

Por isso, um dos princípios da CPD é estimular e incentivar o ensino da Língua Portuguesa, contribuindo assim para um dos ODM – universalização da escolaridade primária – reforçando também o desenvolvimento económico, social e cultural. (IPAD 2008b, p.21)

Além disso, apoiar o ensino da Língua Portuguesa permite estreitar e consolidar os laços existentes com as ex-colónias portuguesas.

2.4. Apoio ao Desenvolvimento Económico Sustentável

Tal como mencionado no capítulo I, crescimento não é necessariamente sinónimo de desenvolvimento. Assim, a CPD acompanha as práticas e os paradigmas internacionais, promovendo projetos com sustentabilidade económica, social e ambiental.

2.5. Envolvimento nos Debates Internacionais

Os debates internacionais têm sido marcos fundamentais na evolução da CID e na busca de soluções para problemas. É importante que a CPD participe nestes debates para estar devidamente atualizada sobre os objetivos internacionais que a comunidade se propõe realizar e dos métodos mais eficazes para o conseguir fazer.

3. Ajuda Bilateral Portuguesa

A Ajuda Bilateral Portuguesa, que representa 60% do total da Ajuda Pública para o Desenvolvimento (ADP), está geograficamente distribuída por cinco países africanos (Moçambique, Guiné-Bissau, Cabo Verde, São Tomé e Príncipe e Angola) e Timor-Leste, que representam 2/3 de toda a Ajuda Bilateral. Todos estes países, dadas as suas fragilidades, enfrentam desafios muito particulares e, por isso têm recebido atenção das entidades internacionais.

As prioridades da APD são: a) Educação, por ser uma parte fundamental de suporte ao desenvolvimento sustentável, e b) Governação, democracia e participação.

A ajuda para a Educação está sobretudo direcionada para o ensino e formação de professores bem como para programas de bolsas focalizadas no ensino universitário. A Governação, democracia e participação inclui o desenvolvimento de capacidades na Administração Pública (Finanças e Justiça) e no setor da segurança (Polícia e Militar).

A estratégia de Portugal põe em relevo a capacidade de liderança e apropriação dos parceiros mas, nesta subsiste um problema: “Capacity Development”, ou seja “a capacidade para indivíduos, grupos, instituições e organizações identificarem e resolverem problemas de desenvolvimento ao longo do tempo” (Lusthaus et al. 1999, p.3). Para impulsionar esta capacidade, Portugal usa a Cooperação Técnica.

4. A Ajuda Multilateral

A Ajuda Multilateral representa os 40% remanescentes do total da Ajuda Pública para o Desenvolvimento e está inserida na “Estratégia Portuguesa de Cooperação Multilateral”. Esta Ajuda está alocada a entidades que têm um papel forte no apoio aos Países Menos Desenvolvidos e Estados Frágeis, tais como o FMI, Comissão Europeia, Agências das Nações Unidas, etc.

Através destes projetos multilaterais, Portugal consegue estar presente em países cuja Ajuda Bilateral Portuguesa ainda tem pouca expressão.

Apesar dos esforços, a Cooperação Multilateral continua a ser um desafio para a cooperação portuguesa porque, sendo o nosso modelo de cooperação descentralizado, a coordenação com as organizações internacionais continua a ser um grande desafio para a cooperação nacional.

5. O Modelo Descentralizado

A Cooperação Portuguesa sempre se caracterizou por um conjunto de iniciativas desorganizadas, voltadas sobretudo para o apoio aos Países Africanos de Língua Oficial Portuguesa (PALOP). A maior parte destas iniciativas caracteriza-se por uma lógica muito diversificada de atividades, e cujos resultados foram “mistos, ambíguos e mesmo, em muitos casos, desconhecidos”. (IPAD 2008b, p.11).

Esta “desorganização” advém do modelo descentralizado de cooperação que Portugal sempre praticou “inconscientemente”. Poderá dizer-se que, o modelo de cooperação português sempre foi, e é, descentralizado fruto de uma cultura de desconfiança relativamente às instituições centrais. Este modelo, apesar das suas vantagens, proporcionou problemas de orientação e focalização em objetivos comuns, resultando num “caos” de iniciativas que se sobrepunham e que, normalmente, acabavam por não gerar os resultados pretendidos. (Sangreman et al. 2010, p.62)

Este modelo descentralizado é liderado pelo Instituto Português de Apoio ao Desenvolvimento (IPAD), cuja função é a “supervisão, direção e coordenação da Ajuda Pública ao Desenvolvimento, o planeamento, programação, acompanhamento e avaliação dos programas e projetos de Cooperação e o enquadramento adequado dos programas de Cooperação e de Ajuda Pública ao Desenvolvimento financiados e realizados por outros

organismos do Estado e demais entidades públicas”. Além disso, o IPAD veio tentar responder ao desafio, de enquadrar a cooperação portuguesa na Cooperação Multilateral. (IPAD 2008b, p.37).

O IPAD tem três instrumentos de funcionamento essenciais:

- a) **Programa Orçamental da Cooperação Portuguesa para o Desenvolvimento** – Pretende orçamentar as intervenções de cooperação dos ministérios numa lógica multianual. O objetivo é dar maior previsibilidade à Ajuda, permitindo uma maior coordenação e um aumento da responsabilidade.
- b) **Base de Dados** – Recolhe e trata informação sobre as diferentes atividades e projetos desenvolvidos pelos diversos atores, públicos ou privados, no terreno. Isto permite uma melhor avaliação e monitorização das atividades de cooperação;
- c) **Programa Indicativo de Cooperação** – Programas multianuais - normalmente triénios ou quadriénios - que estabelecem as prioridades e objetivos para cada um dos parceiros com quem Portugal estabelece relações de cooperação.

6. Atores

De um modo geral, os principais atores na Cooperação Portuguesa incluem organismos da Administração Central, Administração Local, Organizações Não Governamentais, Fundações, Institutos de Investigação, etc. O Ministério das Finanças é responsável pela execução de metade da Ajuda Pública para o Desenvolvimento da Administração Central, seguindo-lhe o Ministério dos Negócios Estrangeiros (20%) e o Ministério da Ciência Tecnologia e Ensino Superior (9%).

A Administração Local, que também desempenha um papel importante na CPD, desenvolve atividades ligadas à organização da administração local, educação, urbanismo, renovação de infraestruturas, saneamento básico e cultura.

A Sociedade Civil também tem ganho relevo, sobretudo as ONGD ao desenvolverem projetos cofinanciados pelo IPAD e atuando em parceria com atores dos países recetores de ajuda.

7. Desafios

Portugal é um país pequeno e com pouca representatividade por isso, deve ser extremamente eficaz nas ações que leva a cabo de modo a fazer a diferença.

Mas, apesar de ser um país com pouca expressão, tem algumas vantagens comparativamente a outros países, tais como: a língua portuguesa; um sistema legal e administrativo semelhante ao dos PALOP e a existência de comunidades africanas em Portugal que estreitam ainda mais o laços existentes.

Sendo a língua um elo de ligação, a Educação é setor em que Portugal tem, claramente, vantagem. Além disso, já existe um conjunto diversificado de projetos em áreas como a justiça, segurança, combate à corrupção, e-government, entre outros, que a Comissão Europeia delegou à CPD ou pretende fazê-lo a pedido de alguns países parceiros.

O nosso modelo de cooperação não surge pela simples evolução da Cooperação mas sim, pelas características histórico-culturais que despertam uma vontade de cooperar nos diversos atores da sociedade civil. A forte relação afetiva impulsiona associações, municípios, entre outros atores descentralizados, a cooperarem com outros países, sobretudo PALOP, Brasil e Timor-leste.

Apesar do modelo de cooperação português ser caracterizado como descentralizado, é necessário perceber que, CDD é mais do que a mera descentralização de iniciativas. Por isso, Portugal precisa incorporar nos seus mecanismos de cooperação a definição mais alargada de CDD – que é referida como um tipo de cooperação que implica participação e responsabilização dos agentes durante o processo de cooperação, numa ótica de concertação e complementaridade, promovendo uma maior apropriação dos projetos ao nível local, numa ótica de contínua avaliação das iniciativas.

Assim, a Cooperação Portuguesa, apesar de praticar um modelo de Cooperação Descentralizado, ainda tem um caminho largo a percorrer sobretudo no que toca a questões ligadas à programação, implementação, monitorização e avaliação dos projetos/iniciativas que são levadas a cabo no local.

Cooperação Descentralizada para o Desenvolvimento é um conceito que se tem repetido ao longo deste capítulo. Comecei por dizer que, a Cooperação foi evoluindo ao longo dos anos, estando agora amplamente difundido o método de CDD numa lógica de Cooperação Multilateral.

Após uma breve apresentação da Cooperação Portuguesa para o Desenvolvimento, constatou-se que a CDD aparece, neste caso, fortemente ligada à nossa história.

Sendo este um novo paradigma de CID, e um modelo seguido por Portugal, o capítulo seguinte dedica-se à definição deste novo conceito de cooperação.

II. A Cooperação Descentralizada para o Desenvolvimento

Nos últimos anos assistiu-se a uma complexidade crescente nas relações internacionais. A entrada de novos atores e a descentralização dos processos democráticos induziram novas dinâmicas nas políticas sociais e económicas.

O conceito de CDD foi, pela primeira vez, introduzido pela União Europeia definindo-a como: *“Uma nova forma de cooperação que procura estabelecer relações diretas com órgãos de representação local e estimular as suas próprias capacidades para desenhar e levar a cabo iniciativas com a participação direta de grupos de população interessados, tendo em conta os seus interesses e os seus pontos de vista.”*(Conselho da União Europeia 1998, p.1)

Embora tenha sido definido pela UE, a CDD é um conceito complexo que toma formas e modalidades diferentes, dependendo do âmbito que se está a analisar.

1. Contexto:

Para perceber o conceito de CDD é necessário perceber, em primeiro lugar, o contexto. A CDD é impulsionada sobretudo pelo apoio de dois fenómenos internacionais: a descentralização e a globalização.

1.1. Descentralização

A CDD surge com o crescimento da importância das entidades Sub-Estatais no cenário internacional, isto porque foram surgindo um pouco por todo o mundo fenómenos de descentralização.

Nos últimos anos, países desenvolvidos e em desenvolvimento, têm levado a cabo reformas de descentralização. Com estas a maioria dos países pretendia reforçar a política nacional e local de modo a concretizar os objetivos nacionais. (Ribot 2002, p.v).

Alguns movimentos, tais como “descentralização administrativa”, delegação de poderes, privatização, entre outros, são confundidos com Descentralização. Mas, para Mawhood e Smith, (in Ribot 2002, p.ii), descentralização refere-se à “*transferência de*

podere do governo central para atores e instituições em níveis mais baixos da hierarquia político-administrativa e territorial.”.

A Descentralização é um fenómeno ligado ao conceito de desenvolvimento, isto porque as instituições locais são vistas como capazes de responder às necessidades locais, impulsionando movimentos de participação cívica e apropriação pelos objetivos a realizar.

Apesar dos benefícios destes movimentos, algumas reformas de descentralização não estão a criar uma verdadeira base institucional porque o poder não está a ser efetivamente distribuído pelas diversas instituições locais. (Ribot 2002, p.v). Em muitos países, principalmente PVD, a descentralização ainda tem um longo caminho a percorrer porque, segundo o FMI, a distribuição de poder continua a ser uma questão muito delicada em países com democracias muito jovens.

As estratégias de descentralização devem ser de unificação nacional, democratização, eficiência e equidade no uso de recursos e serviços, e as entidades locais, que estão mais perto das necessidades, podem contribuir para a realização destes fins.

Por isso, numa primeira abordagem à importância da descentralização, poderá dizer-se que esta é uma forma de reforçar o papel das instituições locais, aumentando a sua participação, representatividade e relevância no panorama nacional e também internacional.

A Descentralização pode ocorrer por duas situações distintas: 1) Está-se perante um Estado forte que decide transferir poder para as autoridades locais numa lógica de coesão local com o intuito de concretizar uma maior coesão nacional; ou 2) Está-se perante um Estado frágil, que não tem capacidade para resolver os problemas nacionais, obrigando os governos e instituições locais a tomarem medidas para a resolução dos seus problemas. (Ribot 2002, p.2)

Existem diversas razões que levam à implementação de estratégias de descentralização: crises económicas, fragilidade dos Estados Centrais, pressões de países doadores, resultado de reformas institucionais que estejam a ser levadas a cabo, entre outros motivos. (Ribot 2002, p.7)

As principais vantagens da descentralização são, normalmente, a partilha de poder, o desenvolvimento local, aprendizagem e participação nos processos democráticos,

solidariedade para o desenvolvimento, reorganização do Estado, solidariedade nacional em torno de objetivos comuns, impulsionamento da democracia e desenvolvimento local, etc. (Ribot 2002, p.8)

Para Ribot (2002) existem seis razões que impulsionam os países a adotar estratégias de descentralização: Eficiência, Equidade, Prestação/Provisão de serviços, Participação e democratização, Coesão nacional e controlo central, Poder local, crises fiscais e desenvolvimento

Como já foi referido anteriormente, descentralização liga-se com o conceito de desenvolvimento. Descentralizar significa promover eficiência, equidade, participação, democratização, eficácia, estabilidade, coesão nacional e local, etc., e por estas razões estratégias de descentralização estão a ser impostas por muitos países doadores. A participação nos processos de decisão permite criar uma maior simbiose entre os objetivos e as necessidades existentes, promovendo assim um maior e melhor desenvolvimento local.

Em muitos PVD, estas estratégias são vistas como redutoras de situações de pobreza, porque com elas atribui-se maior poder aos mais pobres para se fazerem ouvir num cenário global mais abrangente. Assim, podemos observar regiões e comunidades que impulsionam o seu crescimento, desenvolvendo as suas estratégias com o objetivo de impulsionar o crescimento através de um maior grau de apropriação na comunidade envolvida.

1.2. Globalização

A globalização é um dos fenómenos mais abordados na atualidade. Estudado por diversos autores, Giddens (in Teresa Carvalho 2008, p.3) defini-o como “*o processo através do qual economias, estados e culturas formalmente separadas estabelecem relações e ligações entre si tornando-se os indivíduos crescentemente conscientes da sua interdependência*”.

A globalização ganhou um novo impulso devido ao crescimento das ligações internacionais que tornou o mundo num espaço mais “pequeno”. As redes de transportes transnacionais, que estão “amplamente” difundidas graças às revoluções tecnológicas, permitiram que deslocações entre países se fizessem mais facilmente. O crescente número

de acordos e parcerias internacionais também fomentou o fenómeno de globalização. A criação da União Europeia, por exemplo, mostra que os países têm fortes relações interdependentes, sejam elas económicas ou políticas.

O crescimento do comércio e das tecnologias da informação e da comunicação permite aceder rapidamente a um conjunto alargado de informação, que há um conjunto de anos não era possível. Hoje, a população mundial está interligada e áreas como: a política, a economia, a tecnologia e a cultura, apesar de serem diferentes, estão ligadas numa rede mundial de informação.

O fenómeno da globalização impulsionou diversas discussões entre os muitos autores que o estudavam. A discussão resume-se à importância do Território. Para muitos autores, como Castells e Harvey (in Denis Maillat 2002, p.1), o fenómeno da globalização põe em causa a importância do território uma vez que, as regiões veem o seu poder substituído por entidades supranacionais de maior relevo. Veja-se o exemplo da União Europeia, em que a política nacional de cada estado-membro está, em diversas matérias, subordinada, às orientações emanadas das instituições europeias.

Por outro lado outros autores, tais como Perrin e Scott (in Denis Maillat 2002, p.9), afirmam que o fenómeno de globalização põe em destaque regiões que estavam “esquecidas”. Algumas regiões olharam para a globalização como uma oportunidade de afirmação territorial, permitindo impulsionar o seu próprio desenvolvimento.

Passou a existir uma dicotomia entre “global-local”. Com os fenómenos de globalização, o território tendencialmente passou a ter menos relevância no panorama internacional, ou seja assistimos a fenómenos de “desterritorialização”. Mas, ao mesmo tempo, destaca-se a importância do território porque, o sistema económico precisa de um espaço onde as atividades económicas e sociais se possam desenvolver. Por este motivo, o território não deixa de perder importância, porque é nele que se desenvolvem todas as relações económicas, culturais e sociais que permitem resolver mais facilmente problemas sociais e levar as regiões à prosperidade. (Romero 2004, p.21)

Assim, em vez de assistirmos a fenómenos de “desterritorialização”, observamos fenómenos de “territorialização” fortes, em que as regiões procuram promover a sua competitividade aproveitando as redes criadas pela globalização para fortalecer laços comerciais, políticos e sociais.

O objetivo destas comunidades/regiões descentralizadas passa pela afirmação num contexto internacional mantendo contacto com instituições internacionais que possam apoiar o seu desenvolvimento mais rapidamente.

O contexto é de valorização da diversidade cultural, económica e social, o que permite o surgimento de um conjunto de atores locais ou regionais, que impulsionam a afirmação dessa mesma cultura regional. Com a ajuda do fenómeno de globalização estas características regionais são mais fáceis de divulgar, reforçando o peso das regiões no mundo. (Romero 2004, p.27)

2. Descrição do Conceito

Depois da Conferência do Rio em 1992, os diversos dirigentes mundiais concluíram que o mundo estava a adotar novos paradigmas. Os governos e decisores mundiais estavam a ser substituídos por um poder regional e local, que melhor resolvia os problemas. Os Estados aperceberam-se que atores regionais e locais, governamentais e não governamentais, desempenhavam um papel preponderante no processo de cooperação. Nesta conferência, os líderes mundiais aperceberam-se que a cooperação estava a passar por novos paradigmas, que davam maior relevância ao papel da sociedade civil e dos agentes regionais.

O conceito de CDD foi, pela primeira vez, introduzido em 1989 na IV Convenção de Lomé. Este foi uma proposta da União Europeia e vinha destacar um novo paradigma da visão do Estado relativamente à Cooperação Internacional. No seu entendimento, a União Europeia defendia ser necessário dar um novo impulso ao papel do Estado nas relações de cooperação, com o objetivo de reforçar o papel dos beneficiários e aumentar o envolvimento da sociedade civil nos processos de desenvolvimento.

A UE, no seu documento oficial, definiu a CDD como “uma nova abordagem à cooperação para o desenvolvimento, que coloca os agentes no ponto fulcral de implementação, tendo, por conseguinte, o duplo objetivo de orientar as ações e de as tornar viáveis.”(Conselho da União Europeia 1998, p.1)

Desta forma, a UE incentivou a participação de uma pluralidade de atores no processo de desenvolvimento por considerar que, desta forma, se promoveria um maior sentido de apropriação aumentando o impacto e a eficiência das ações.

A ideia é colocar os atores no centro dos processos de execução mas, ainda subsistem dúvidas quanto ao conceito de CDD, uma vez que este pode ter diferentes modalidades e impactos. É de ressaltar que a UE introduziu este conceito porque pesam em muitos países europeus uma larga história de domínio sobre alguns PVD, que ainda hoje influencia a forma como os países cooperam. (Romero 2004, p.40)

A União Europeia, com o seu regulamento de 1998 relativo à Cooperação Descentralizada, tentou introduzir algumas linhas orientadoras deste novo paradigma. A ideia era impulsionar um desenvolvimento mais participativo, que correspondesse às exigências das populações dos PVD, através da diversificação e reforço do papel da sociedade civil.

Com a CDD, a ideia tradicional de ajuda desaparece e surge uma nova forma de cooperação que realça a Reciprocidade e o Interesse Mútuo ou seja, promove-se a prática de atitudes positivas entre os agentes (doador e recetor), de modo a que ambos continuem a interessar-se pela defesa do desenvolvimento. (Romero 2004, p.39)

A CDD pressupõe que todas as instituições, organizações públicas ou privadas, do Norte ou do Sul tenham a oportunidade de desenvolver as suas próprias estratégias, adequando-as às suas necessidades. Estas instituições privadas podem ser: sindicatos, igrejas, empresas, governos locais, Organizações Não-Governamentais (ONG), grupos de mulheres ou jovens, universidades, autarquias, empresas, entre outras. (Conselho da União Europeia 1998, p.2)

Pretende-se que estas instituições descentralizadas atuem com os seus programas e pressupostos, envolvendo toda comunidade num processo de desenvolvimento socioeconómico. Está subjacente, a esta ideia, o princípio de pluralidade que estas instituições devem promover com a ajuda de instituições internacionais mas também com o apoio dos Governos Centrais.

2.1. Princípio de Interesse Mútuo

Tal como na cooperação multilateral o princípio do interesse mútuo rege a CDD. Assim, poderá dizer-se que CDD tem duas componentes essenciais:

- ✓ Um novo espaço de cooperação onde os agentes locais tomam uma posição de maior responsabilidade no que toca às questões de desenvolvimento;

- ✓ Os países doadores assumem uma atitude diferente porque estes têm de refletir e incluir os agentes locais no processo de cooperação.

Segundo o documento “Uma Visão Estratégica para a Cooperação Portuguesa”, a CDD implica:

- ✓ Que os agentes tenham de estar em todas as fases do processo de cooperação porque estes detêm uma quota-parte da responsabilidade;
- ✓ A existência de parcerias e projetos entre diversos atores, sejam eles públicos ou privados;
- ✓ A adaptação das estruturas de cooperação a um novo tipo de gestão de recursos que, será descentralizada;
- ✓ Um domínio por parte do poder local e, é assim que os resultados devem ser medidos;
- ✓ O incentivo à autonomia e sustentabilidade do “poder” local. As políticas devem ser desenhadas com o objetivo de promover o desenvolvimento, independência e autonomia das regiões locais.

2.2. Princípio da Reciprocidade

Quando começo por definir CDD é referido que este tipo de cooperação se baseia em relações de reciprocidade, por isso importa destacar a importância deste conceito no âmbito desta temática.

Mas o que é reciprocidade? “A reciprocidade existe quando pode ser retirado um benefício/retorno evidente e mensurável ou seja, as duas partes envolvidas encontram um valor positivo que surgirá da nova relação, e esse benefício funciona como motivação.” (Cavestany 2007, p.2)

Neste âmbito, está a falar-se de algo muito mais forte do que as relações bilaterais. Aqui está em destaque a ideia de rede, onde nesta pode encontrar-se um conjunto de diferentes participantes, que interagem e obtêm benefícios, que podem não ser necessariamente equivalentes.

As relações de Ajuda ao Desenvolvimento podem não implicar reciprocidade, uma vez que as antigas relações “doador-recetor” pressupunham a existência de uma parte que

fazia a sua doação sem esperar qualquer retorno. Neste caso, a relação não implicava benefícios mútuos e, o conceito de reciprocidade enfatiza exatamente o contrário.

O autor Fernando Barreiro Cavestany (2007) fala mesmo em “altruísmo recíproco” ou seja, aquele que pressupõe uma relação bidirecional cuja proporciona, a longo prazo, benefícios para ambas as partes.

Cada vez mais, as relações de cooperação assentam num contrato de confiança e reciprocidade num contexto de rede comparativamente aos antigos processos demasiado verticais e burocráticos. Os valores, que regem esta nova forma de cooperação, são de caráter afetivo mas numa ideia de que devem existir contrapartidas.

Reciprocidade é a base de apoio à negociação entre as partes envolvidas, garantindo que a relação se estabelece em pé de igualdade numa, ideia de que todos têm responsabilidades, deveres e direitos.

Numa lógica de “teia relacional” - porque existe muita mobilidade de pessoas, bens e informação - surgiram novos espaços para atuar. No âmbito da CDD, não só os governos locais interagem entre si, também interagem com organizações da sociedade civil da sua região, país e/ou internacionais.

Os governos e organizações locais perceberam que os problemas de hoje, sejam eles ambientais, económicos, sociais, energéticos, etc., não respeitam fronteiras e, por isso estes passam a fazer parte da responsabilidade de todos. Porque os problemas afetam todos os agentes; só através da união de esforços é que estes poderão ser verdadeiramente resolvidos, numa lógica de avaliação e ação conjunta face às diversas situações.

É neste âmbito de resolução de problemas de forma conjunta que se destaca o papel da cooperação com reciprocidade. Segundo Cavestany (2007) existem três vantagens essenciais da Cooperação com Reciprocidade face aos antigos modelos de Cooperação:

1. Em primeiro lugar, o autor diz-nos que este tipo de cooperação permite o “intercâmbio de ideias, recursos, capacidades, informação, etc. sobre assuntos de caráter local que permite obter resultados tangíveis para todos”;
2. Em segundo lugar, as relações baseadas em Cooperação com Reciprocidade têm uma duração mais duradoura, permitido pelo interesse mútuo, que proporciona a manutenção de uma ligação mais forte e de longo prazo, em vez de projetos curtos e isolados;

3. Em terceiro lugar, “reciprocidade pressupõe uma relação adulta entre diferentes instituições proporcionando um aumento da interdependência num contexto de relações de igual para igual”.

Este tipo de Cooperação, com Reciprocidade, é totalmente diferente dos demais porque, ao permitir igualdade e benefícios mútuos, incute um sentimento diferente sobretudo no que toca à atitude dos beneficiários e doadores. Uma posição mais pró-ativa é inculcada nos recetores da ajuda e aos doadores, é atribuída uma atitude mais responsável.

Este princípio da reciprocidade tem um maior impacto à medida que os governos e organizações locais incorporaram na sua agenda uma ação externa como prolongamento das suas políticas locais, com o intuito de aumentar o protagonismo e potencial, sobretudo graças aos laços de cooperação que são estabelecidos. (Cavestany 2007, p.6)

Neste novo contexto os agentes têm um maior grau de liberdade para escolherem os seus parceiros de negociação e, têm uma maior autonomia para estipular as cláusulas contratuais que melhor se adequarão ao contexto em causa.

O conceito de reciprocidade assenta em diversos critérios que, segundo Cavestany (2007), são:

- | | |
|---|--|
| 1. Perspetiva Estratégica | 6. Fortalecimento das instituições (públicas e privadas) |
| 2. Partilha de problemas e soluções | 7. Iniciativa e Pró-atividade |
| 3. Interdependência | 8. Apropriação |
| 4. Participação de todos os atores envolvidos | 9. Responsabilidade partilhada |
| 5. Conhecimento recíproco e compromisso mútuo | 10. Transparência e prestação de contas. |

A cooperação com reciprocidade começa quando algumas cidades ou governos locais, que têm objetivos comuns, decidem iniciar um processo de cooperação. Graças à rede impulsionada pelo mundo globalizado que põe em contacto regiões que até então estavam afastadas.

Embora as relações entre regiões sejam mais frequentes, segundo muitos autores estas relações são o mote para que organizações da sociedade civil também entrem nos

processos. Estabelecer uma relação de reciprocidade depende dos interesses comuns que existem entre dois intervenientes, sejam eles governos locais, autarquias, municípios, associações e/ou organizações civis, porque neste novo contexto todos têm um papel a desempenhar na promoção do desenvolvimento.

As relações de reciprocidade estão a ser amplamente difundidas, porque existe um conjunto de fatores e objetivos determinantes que levam as regiões a querer “internacionalizar-se”. (Cavestany 2007, p.10)

1. Afirmação de territórios
2. Intercâmbio Cultural
3. Aprendizagem
4. Imigração
5. Reforço da Sociedade Civil

Embora haja mais do que 5 fatores para a promoção de relações de reciprocidade, estes são aqueles que aparecem mais frequentemente, talvez porque sejam também aqueles que mais benefícios aparentam trazer para as regiões que pretendem iniciar uma nova relação de cooperação.

As relações de reciprocidade, nomeadamente as relações feitas tendo por base a CDD, têm claras vantagens relativamente aos antigos modelos de cooperação, mas convém referir que estas também apresentam algumas dificuldades que acabam por se tornar uns claros obstáculos ao seu desenvolvimento.

Nas relações de CDD, uma relação claramente fundamentada em reciprocidade poderá encontrar-se, entre outras, as seguintes dificuldades: (Cavestany 2007, p.14)

1. Assimetria de poder, capacidades, experiência e recursos
2. O predomínio do “*assistencialismo*” como prática de Ajuda para o Desenvolvimento
3. Pouca abertura à aprendizagem e reciprocidade

Os obstáculos apresentados põem em cheque os clássicos modelos de cooperação que, ao estar tão enraizados, têm dificultado a implementação de relações de reciprocidade. Mas também existe a visão “progressista” da cooperação ou seja, não se pretende substituir o modelo bilateral de cooperação pelo descentralizado mas sim encontrar um espaço à

evolução de modo a proporcionar o surgimento de relações de cooperação recíproca, nomeadamente de CDD.

A CDD é assim um tipo de cooperação que promove relações baseadas em reciprocidade e interesse mútuo porque põe em destaque os atores locais, sejam eles governos ou simples associações, não esquecendo as Organizações Não-Governamentais que na atualidade têm ganho importância na prossecução dos ODM.

3. Vantagens

A CDD tem diversas vantagens comparativamente com outros tipos de cooperação: Esta promove uma melhor adaptação das iniciativas às necessidades incrementando um maior sentimento de apropriação local. Este sentimento de apropriação aumenta a eficiência e eficácia das ações ao mesmo tempo que promove uma aprendizagem transversal a todas as instituições ou órgãos de representação local. (Romero 2004, p.46)

Além destas vantagens, a CDD promove a participação de todos os interessados no ciclo de execução de projetos de desenvolvimento isto porque há um caráter mais democrático que permite envolver pessoas que, noutros processos, estariam desde logo excluídas.

Este tipo de cooperação impulsiona iniciativas locais pondo em relevo fatores territoriais. A CDD contribui para o crescimento das instituições locais, que têm de se tornar mais eficazes para responder às exigências do local.

Além disso, põe em destaque as regiões, aprofundando consensos, reforçando a complementaridade, promovendo uma maior coesão social e lutando afincadamente contra a pobreza.

De uma forma mais sintética, a União Europeia encontrou um conjunto diversificado de vantagens associadas a este tipo de Cooperação:

- ✓ Permite reduzir as assimetrias regionais e impulsionar a instalação de um desenvolvimento sustentável;
- ✓ Permite uma maior participação, responsabilização e cooperação entre os agentes locais (públicos, privados e sociedade civil) bem como dos beneficiários, para impulsionarem projetos de desenvolvimento local.

- ✓ Impulsiona a criação de harmonia no diálogo entre os vários agentes de modo a se concretizar uma solução legítima e estruturada;
- ✓ Pressupõe uma gestão descentralizada dos recursos, sendo estes aplicados e geridos para a população que está mais próxima e que, deverão responder a objetivos bem definidos;
- ✓ Reforça as capacidades institucionais porque, CD pressupõe maior poder regional e local logo, as instituições locais terão de responder às sucessivas exigências colocadas.

4. Limitações

Contudo apresenta algumas limitações que dizem sobretudo respeito a problemas de quantificação de resultados. Porque há uma grande dispersão de ações, os custos de gestão de resultados serão maiores bem como, as falhas serão mais difíceis de identificar. (Sangreman et al. 2010, p.64)

Além disso, trabalhar em cooperação exige capacidades técnicas e formação que as instituições e agentes devem possuir. No âmbito da CDD existe uma quebra de capacidades sobretudo ao nível da gestão e uma falta de pessoal especializado com formação para desempenhar tarefas que têm um carácter internacional. (Romero 2004, p.49)

No geral estas regiões têm um défice de recursos fundamentais que, num plano de negociação, as deixa numa situação mais fragilizada. Isto pode levar a uma desvirtuação do significado global de Cooperação Descentralizada, desmotivando os agentes a participar.

A CDD continua a ser um conceito complexo, e em constante construção. Baseado em dois conceitos essenciais - Reciprocidade e Interesse Mútuo - a CDD põe em destaque o papel que as entidades descentralizadas têm na promoção do desenvolvimento. Embora, este género de cooperação esteja amplamente assumido pelos diversos atores mundiais, ainda é necessário proceder a mais estudo sobre esta matéria.

Estando o conceito de Cooperação Descentralizado para o desenvolvimento intimamente ligado à importância da sociedade civil. O capítulo seguinte pretende expor com rigor a importância da sociedade civil na concretização da CDD, destacando o papel das Organizações Não-Governamentais para o Desenvolvimento.

III. Sociedade Civil e Organizações Não Governamentais para o Desenvolvimento

No seguimento dos capítulos anteriores, importa explicar o quão importante é o papel das instituições da sociedade civil, destacando as Organizações Não Governamentais, na prossecução dos objetivos de desenvolvimento social e económico.

Aquando a explicação do conceito de CDD foi dado um especial enfoque no papel da sociedade civil mas, com este capítulo pretendo expor mais fortemente o papel que esta tem no terreno.

Além disso, Portugal, que tem uma elevada tradição de desconfiança institucional, possui uma sociedade civil pró-ativa e com forte presença nos programas de cooperação desenvolvidos e que contribui para a concretização do modelo descentralizado no nosso país.

Por estas razões, é razoável dedicar um capítulo à sociedade civil de modo a exaltar a importância desta na concretização dos objetivos inerentes à CDD.

1. Contexto

Vivemos num contexto em que, cada vez mais, se fala no papel da Sociedade Civil na resolução dos mais diversos problemas, sejam eles políticos, económicos ou sociais. A discussão pública existe e, é de tal forma forte que, hoje seria impossível não incorporar nas discussões públicas os diversos agentes e instituições.

Convém referir que esta força é o resultado de alterações políticas e sociais profundas relacionadas sobretudo com os modelos de governação. Sem essas alterações, hoje não seria possível ter uma panóplia de agentes a defender os seus interesses. É neste âmbito que se fala em Governança, como o principal impulsionador das mudanças institucionais ocorridas e que alteraram o modo como as decisões são tomadas.

A Sociedade Civil tem hoje, graças ao modelo de Governança, capacidades para encontrar e discutir soluções mas também, de implementar projetos mais facilmente. E, como a Sociedade Civil depende do modelo de Governança, convém explicar a importância deste.

Para Rhodes (1996) a Governança significa um novo contexto para governar, onde o Estado perdeu o monopólio na tomada de decisões, transferindo as suas competências para outros atores inseridos na sociedade civil.

Os governos, que continuam a ser os principais agentes na elaboração de políticas públicas, veem surgir novos agentes na Sociedade Civil tais como, as IPSS (Instituições Privadas de Segurança Social), o Terceiro Setor, empresas, *media*, sindicatos, Organizações não Governamentais, associações, entre outros, que também têm um papel de parceria nas decisões. (Stoker 1998, p.3)

Quando os Governos falham, como acontece na maioria dos governos dos PVD, a sociedade civil aparece como a única resposta às necessidades e problemas da população. Nas “democracias” africanas, onde o poder é ainda muito frágil e precário, estas instituições da sociedade civil representam a única alternativa de resposta aos problemas evocados pelos cidadãos de uma localidade, região ou país.

2. Sociedade Civil

Muitos autores, principalmente aqueles que defendem o modelo de cooperação descentralizada, dizem-nos que a sociedade civil é, hoje em dia, vista como o principal motor do desenvolvimento socioeconómico das regiões.

A promoção de um desenvolvimento sustentável inclui uma sociedade civil empenhada, extensa e democrática que permita aos seus agentes desenvolverem projetos que, promovam o crescimento da comunidade. (Plataforma Portuguesa das ONGD 2008, p.19)

Segundo Aga Khan *“São as instituições da Sociedade Civil de hoje que, fortalecidas e expandidas pelo amanhã, quem tem a maior responsabilidade de proporcionar aos povos a possibilidade de saírem por si só do limiar da pobreza”* Vitalino Canas (in Plataforma Portuguesa das ONGD 2008, p.19). Com esta ideia de Aga Khan, pode concluir-se que a sociedade civil está “munida” de instituições económicas e sociais que têm um elevado poder de influência sobre as decisões tomadas por governos, não só regionais mas também, nacionais.

Introduzir a Sociedade Civil nas negociações permite promover um maior grau de diversidade aos projetos desenhados, conferindo um maior grau de apropriação e permitindo uma maior difusão dos objetivos a atingir e do conhecimento necessário à sua

concretização. (IPAD 2008b, p.43). De um modo sucinto, poderá dizer-se que a Sociedade Civil contribui para o surgimento de um espaço onde as instituições, recorrendo a regras de cidadania e respeito, criam um ambiente mais democrático e participativo.

São as instituições da sociedade civil que permitem concretizar os planos e projetos desenvolvidos pelas entidades internacionais e nacionais. É impossível desenvolver projetos de desenvolvimento socioeconómico se a sociedade civil não se manifesta e atua de modo a assegurar a concretização dos objetivos predefinidos.

Tal como foi explicitado no conceito de CDD, a sociedade civil é vista como um dos mais importantes atores na concretização do conceito e dos objetivos, que esta forma de cooperação comporta. Isto porque, são as instituições da sociedade civil que, muitas vezes, estão mais próximas das populações e dos seus problemas, e dessa forma conseguem mais facilmente exercer a pressão necessária sobre os governos locais para a resolução dos mesmos. Por isso, quando a ação dos governos falham e os projetos não conseguem responder às exigências da população, a sociedade civil assume a responsabilidade de lutar pelo direito a um desenvolvimento socioeconómico sustentado.

A luta pelo desenvolvimento humano engloba esforços de instituições múltiplas, por isso é necessário que as questões, mais sérias e respeitantes ao futuro de países e regiões, não se restrinjam apenas a dirigentes políticos e chefes de Estado. É necessário que os diversos agentes da sociedade civil participem num processo democrático e abrangente, para que as necessidades e preocupações dos cidadãos sejam ouvidas.

A sociedade civil é vista como o principal “instrumento” para que, as declarações passem a ser ações concretizadas no terreno. Esta pode exercer funções de vigilância e justiça, verificando a concretização das ações previstas nas declarações. Além de servir de controlo à implementação, a sociedade civil tem um papel preponderante na aplicação dessas ações. Se as declarações de ação são previstas a um nível supranacional, a sua aplicação é feita a um nível regional e local onde a sociedade civil tem um poder mais forte.

Reforçar o papel da Sociedade Civil é promover o direito de associação, o direito de iniciativa. Incentivar a atuação da sociedade civil é promover um espaço não

governamental que, impulsiona a democracia e a não governamentalização das instituições civis.

A Sociedade Civil tem um papel preponderante na democratização e equilíbrio de poderes porque temos atores regionais em interação com os Governos Nacionais e Internacionais dando voz àqueles que, normalmente não são ouvidos.

Os atores da sociedade civil, tais como as ONG e a administração regional, têm um papel fundamental na sensibilização da população e na monitorização de todas as ações que venham a ser desenvolvidas.

Num ambiente democrático é necessário que a população e os demais membros da sociedade civil desempenhem um papel crítico forte. Quando a sociedade civil monitoriza, exige, controla, reivindica, participa nos processos de decisão, etc., cria-se um país mais forte, democrático e mais competitivo.

Existe um conjunto de organizações e instituições da sociedade civil que, apesar da sua principal atividade não estar restrita à cooperação, desempenham um papel muito forte na implementação de projetos específicos de cooperação direcionados para determinadas áreas de atuação. São exemplo, as universidades, fundações, associações empresariais, sindicatos, organizações não governamentais, paróquias, associações de mulheres ou jovens, associações de imigrantes, etc. (Dawson & Bhatt 2001, p.3)

Todas estas organizações representam uma peça importante na concretização dos objetivos de desenvolvimento e crescimento dos países com os quais cooperam. Cada uma delas tem objetivos diferentes e o seu trabalho, tal como já foi referido, está direcionado para uma área específica mas, apesar disso, o impacto não deixa de ser global.

As empresas, um dos agentes fundamentais para a promoção do crescimento, podem contribuir para o impulsionamento económico de algumas regiões, proporcionando uma redução sustentada da pobreza, promovendo o emprego e o crescimento. O crescimento da atividade económica está, inevitavelmente, relacionada com a qualidade de vida da população mundial por isso, ao se impulsionar o desenvolvimento económico, está a criar-se emprego o que contribui para a melhoria da qualidade de vida e redução da pobreza em diversas regiões em desenvolvimento.

O conceito de responsabilidade social, que já se alastrou por diversas empresas, incute boas práticas ao nível comercial proporcionando o crescimento do “comércio justo”

e aumentando a sensibilização, não só dos empresários, mas também da população global de que existem problemas que necessitam de solução.

As universidades aparecem porque, quando se fala em distribuição de recursos, o conhecimento, que também é um recurso, raramente é mencionado.

As disparidades entre os países desenvolvidos e os PVD são extensíveis ao setor do conhecimento uma vez que a maior concentração de conhecimento, neste momento está localizada nos países do Norte.

As universidades têm um papel importante na difusão de conhecimento científico e especializado que servirá de apoio para o desenvolvimento de projetos na área da educação e formação.

As parcerias entre universidades dos países do Norte e dos países do Sul permitem uma difusão mais alargada do conhecimento, sobretudo nas áreas de formação superior mas também no apoio técnico ao funcionamento, não só de universidades parceiras mas também de outras instituições públicas que necessitem de assessoria técnica. (IPAD 2008b, p.47)

A falta de mão de obra especializada torna é um dos grandes problemas dos PVD sobretudo nos serviços ligados à Administração Pública, onde a grande maioria dos funcionários não tem formação específica para conseguir responder eficazmente às solicitações. As universidades, com os seus programas de formação e projetos de apoio, podem servir de alavanca para a capacitação institucional de muitos organismos públicos.

Os sindicatos, outro agente de força quando se fala em sociedade civil, também tem uma grande importância na cooperação.

A Organização Internacional do Trabalho, uma agência das Nações Unidas que foi criada no após Primeira Guerra Mundial, vem defender os trabalhadores que operam em condições injustas, difíceis e degradantes de trabalho. Tal como todas as grandes instituições internacionais, o distanciamento ao local é elevado, por isso, instituições como os sindicatos podem servir para que, no terreno os valores fundamentais de trabalho justo sejam concretizados.

Além disso os sindicatos podem promover, não só a defesa de direitos sociais e económicos, como também a formação, a higiene e segurança no trabalho, a promoção da igualdade de género, etc. (IPAD 2008b, p.47)

Além das organizações supracitadas, e das muitas outras instituições da sociedade civil, darei no ponto que se segue um maior enfoque às Organizações Não Governamentais para o Desenvolvimento.

Uma vez que esta dissertação enfoca a ação de uma ONGD, no ponto que se segue darei um maior destaque a estas organizações da sociedade civil de modo a explicar como o seu trabalho é, hoje em dia, demasiado importante para a realização de projetos locais e sobretudo na concretização dos objetivos definidos pela CDD.

3. Organizações Não Governamentais

Organizações separadas do poder político sempre existiram, mas o fenómeno das ONG é mais moderno. Desde meados do século XVII que, com a libertação dos direitos civis na Europa e nos EUA, surgiram diversas organizações. Assistimos a movimentos de antiescravidão no séc. XVIII, ao surgimento da Cruz Vermelha em 1863 e, já no século XIX surgem outros grupos, de mulheres, pobres, locais, etc.. (Paul 2000, p.1)

Por isso, podemos ver que, ao longo dos tempos e, de acordo com a sua época e história, existiram Organizações que estiveram na base dos maiores movimentos sociais do mundo, tais como a luta contra a escravidão, o apartheid, os direitos das mulheres, a pobreza, os direitos humanos, o ambiente, etc.

O conceito “Organização Não-Governamental”, embora tenha sido apenas oficializado aquando a criação da Organização das Nações Unidas (ONU) em 1945 e amplamente difundido nos anos 70, remonta à atividade da Liga das Nações que, nos seus documentos, faz referência à atividade de organizações privadas.

Com a criação da ONU, não só foi formalizado e reforçado o conceito de ONG como também lhes foi atribuído maiores poderes de participação na instituição através do Economic and Social Council. (Willets 2002, p.4)

A importância dada às OGN, pela Liga das Nações, foi reforçada com a criação da ONU, porque lhes garantiu um maior poder de participação, inculcando-lhes a categoria de

“agência especializada” que, embora não tivesse direito de voto, tinha sempre direito a ser consultada.

Atualmente existem ONG com diferentes características e missões por isso, não existe uma definição consensual, contudo a ONU definiu as três características principais de uma ONG: **independente, não lucrativa e não violenta.**

Assim, a definição mais simples de ONG, tendo em conta as características fundamentais é: “Associação voluntária e independente de pessoas, que não tenha como objetivo o lucro, a atividade governativa, ou atividades ilegais.” (Willettts 2002, p.5)

1. Independência:

Uma das questões mais prementes quando se discute a atividade de uma ONG é o facto de esta ser, ou não, independente do poder governativo. Como já foi referido em parágrafos anteriores, um dos grandes requisitos para se constituir uma ONG é a sua independência face a poderes políticos, estejam eles no poder ou não.

Em diversos casos, assiste-se a uma tentativa de governos ou partidos políticos influenciarem o rumo de uma ONG, de modo a que esta, junto das populações, promova os seus ideais e objetivos. Quando uma ONG começa a servir interesses políticos, está-se na presença de uma GONGO (government-organized NGO). (Willettts 2002, p.7)

Esta questão da independência relaciona-se com a questão da autonomia e do financiamento. As ONG para levarem a cabo os seus projetos necessitam de financiamento mas o financiamento governamental vai colocar a organização numa situação de controlo governativo. Esta questão toma contornos ainda maiores, quando se fala em atividades ligadas à ajuda humanitária e promoção do desenvolvimento, porque estas são atividades que necessitam de muito financiamento e, uma forma de ter recursos disponíveis é recorrer à ajuda governamental. (Willettts 2002, p.7)

Isto torna-se numa dicotomia difícil de resolver porque, se por lado as organizações devem ser independentes por outro para sustentarem a sua atividade necessitam muitas vezes de apoio governamental pondo em causa a sua autonomia e independência.

Este problema pode ser “resolvido” quando a organização é suficientemente “inteligente” para levar a cabo campanhas de promoção da sua atividade junto das populações e das entidades estatais. Assim, poderá presenciar-se uma inversão de papéis

onde, em vez dos governos usarem as ONG para promover os seus projetos, são as ONG que cativam os governos a subsidiarem os seus projetos. Resumidamente trata-se de uma forma de levar os governos a apoiar os seus projetos e não seguir os projetos governamentais para obtenção de financiamento.

Estas questões relacionadas com a independência são complicadas de analisar porque cada organização tem o seu método de trabalhar e cada uma tem um relacionamento diferente com os membros governativos. A independência continua a ser o “calcanhar de Aquiles” de muitas organizações, sobretudo por causa das questões do financiamento, porque é a diferença entre viver no “sufoco financeiro” e ser livre para implementar os seus próprios projetos.

Mas quando uma ONG é financiada por uma instituição como a União Europeia ou o FMI. Será que estas não têm legitimidade para impor condições? Segundo James A. Paul (2000), mesmo as melhores democracias do mundo exercem influência e controlo sob as ONG mas, segundo este, é graças a este controlo que a credibilidade da grande maioria das organizações é assegurada. – *“Thanks partly to these controls and to the ethos of public service in the NGO community, NGOs are not often accused of corruption (...)”*

Alguns críticos consideram as ONG uma estrutura não-democrática e não prestadora de contas, mas estas instituições são controladas pelos seus diretores, membros voluntários e não-voluntários, etc. Apesar dos governos ou instituições internacionais serem aquelas que mais apoios dão às ONG, existem outros meios de financiamento tais como, gratificações, taxas de serviços, “lucros”, fundos de fundações privadas, doações individuais e coletivas, “quotas de sócios”, etc. Por isto, a maioria das ONG têm de lutar por financiamento, porque ao contrário dos governos, que podem recorrer a taxas, estas organizações, a cada ano, têm de prestar contas e conseguir financiamento.

As opiniões relacionadas com a independência continuam a ser muito divergentes. Se para alguns autores a independência deve ser o aspeto mais salvaguardado. Para outros autores, o controlo exercido por algumas entidades internacionais garante o prestígio e a qualidade das ONG. (Comissão Europeia 2001, p.7)

2. Não-Violência:

Recorrer à violência para conseguir concretizar os seus objetivos não é aceitável e a atividade de uma verdadeira ONG não pode reger-se por esses padrões.

Muitos países, como por exemplo Guiné-Bissau, Angola, São Tomé, etc., tinham os chamados movimentos de guerrilha que lutavam pela liberdade do país. Mas pela sua atividade e frequente uso de violência para fazer valer os seus princípios não poderão ser chamados de ONG. Estes grupos, que não são ONG, têm outras designações, tais como grupos libertários (para os supporters) ou terroristas (para os not supporters). Mas jamais poderão ser ONG, independentemente de defenderem liberdade, paz, segurança, etc., porque recorrer à violência coloca-os noutra patamar diferente. (Willetts 2002, p.9)

O princípio da não-violência é a base que estabelece a atividade de uma ONG, no entanto existem alguns exemplos do uso da violência por algumas ONG, por exemplo, a Greenpeace tem uma atividade “radical” muito intensa quando defende os seus valores, mesmo para aqueles que defendem os ideais desta organização, muitos admitem que os limites são algumas vezes ultrapassados.

Por estas razões, a ONU incute o compromisso de não-violência por todas as ONG de modo a que este princípio seja amplamente respeitado.

3. Sem fins Lucrativos

A atividade de uma ONG relaciona-se com a atividade dos grupos de interesse e grupos de pressão embora, estes sejam conceitos que não fazem justiça à atividade destas organizações.

Os problemas começam porque, normalmente, são os grandes grupos económicos que tentam influenciar os governos de modo a proteger os seus interesses e, como existem organizações de atividades económicas, é tentador colocar no mesmo âmbito as ONG. Na verdade, nem todos os grupos de pressão e de interesse têm apenas como objetivo a defesa dos seus interesses económicos; existem outros fatores como a segurança, o bem-estar social e a proteção ambiental que também servem de mote às pressões exigidas por parte destes grupos. Muitas vezes, os objetivos concretos de uma determinada organização coincidem com um objetivo global e que vai de encontro ao chamado interesse público.

É inegável, que estes atores têm um poder de influência na máquina governativa, com o objetivo fundamental de proteger os seus interesses. Conceitos como grupos de pressão, grupos de interesse, lobbying, etc., podem ser legitimamente aplicados à maioria

das ONG existentes, mas muitos diplomatas internacionais não querem ver feita essa associação, acabando por “esconder” essa atividade. No entanto, ao olhar para a atividade de diversas ONG, por exemplo o Greenpeace, podemos observar que a pressão e a defesa de interesses é uma constante diária do seu trabalho, isso acontece porque é uma forma destas verem os seus objetivos alcançados.

Na verdade, uma ONG existe porque pretende defender os seus interesses, a diferença é que os objetivos finais que se pretendem alcançar devem, de acordo com o princípio da ONU, estar mais ligados ao interesse público, por exemplo, proteção do meio ambiente, defesa comércio justo, defesa da paz e segurança mundial, defesa dos direitos humanos, luta contra a pobreza, etc.

Por isso, muitos autores consideram as ONG organizações do Terceiro Setor porque são fazedores de “bens públicos”, porque garantem um conjunto de bens e serviços às pessoas, mas não são nem um grupo económico nem um grupo político. (Paul 2000, p.2)

A ONU não é a única instituição a defender este valor, outras organizações, como a União Europeia referem esse princípio como a base da atividade de qualquer ONG: *NGOs are not self-serving in aims and related values. Their aim is to act in the public arena at large, on concerns and issues related to the well being of people, specific groups of people or society as a whole. They are not pursuing the commercial or professional interests of their members.* (Comissão Europeia 2001, p.4)

3.1. Entender uma Organização não Governamental

Muitas instituições internacionais têm vindo a dar uma enorme credibilidade e relevância a estas organizações. Em diversos documentos oficiais, é destacada a sua importância a vários níveis, dos quais destaco:

1. Impulsionadores da democracia: a estas organizações é reconhecida a capacidade de envolvimento dos diversos atores da sociedade civil em torno de questões relevantes. São consideradas essenciais na promoção de uma atitude mais pró-ativa por parte dos membros sociedade civil ajudando a construir um ambiente mais democrático ou, mesmo ajudando a instalar democracias em alguns PVD. Nos seus documentos a Comissão Europeia afirma que estas organizações são de demasiada importância e que, muitos países estão a envolvê-las nos processos de formulação de políticas e

tomada de decisão. “(...) *NGOs are recognised as a significant component of civil society and as providing valuable support for a democratic system of government.*” (Comissão Europeia 2001, p.4)

2. Voz dos mais desfavorecidos: As ONG são vistas como a voz daquele conjunto de pessoas que, de outra forma não teriam capacidade para se fazerem representar num contexto hierarquicamente superior. A capacidade destas organizações estarem mais próximo dos mais pobres ou dos mais desfavorecidos, permite que as preocupações e as necessidades destes possam ser incluídas nos processos de decisão e de formulação de projetos políticos.
3. Consultores de qualidade: Dado o seu conhecimento específico, estas instituições são, muitas vezes, chamadas a participar no processo político de forma a proporcionar um maior grau de informação aos decisores políticos. A opinião especializada destas organizações permite dar um maior contributo à elaboração de projetos de desenvolvimento, por exemplo, porque as suas recomendações ajudar a melhorar o desenho das políticas o que permitirá uma melhor eficiência dos projetos levados a cabo. (Comissão Europeia 2001, p.7)
4. Gestores de projetos: Muitas entidades consideram as ONG bons gestores de projetos uma vez que, estão mais próximo do campo de atuação. Existem projetos muito específicos e, cuja realização estará mais assegurada se for monitorizada e avaliada por uma organização “especializada”. Outro motivo para considerar as ONG como bons gestores deve-se ao facto de estarem mais próximas das pessoas ou dos problemas envolvidos nos projetos, tornando-as mais capazes de atuar eficazmente. Segundo a Comissão Europeia (2001, p.5) “*The contribution of NGOs is particularly important in tackling social exclusion and discrimination, protecting the natural environment, and the provision of humanitarian and development aid.*”
5. “Canalizadores” de opinião: Uma das atividades levadas a cabo por algumas ONG é a Advocacy ou seja, têm o poder de influência não só da opinião pública mas também dos governos, podendo influenciar as estratégias levadas a cabo por estes. Mas, a verdade é que as ONG também podem ser influenciadas uma vez que o poder político

pode “usar” estas organizações para poder difundir a sua mensagem, os seus valores bem como os seus projeto no entanto, com isto poderá estar-se a por em causa a independência.

6. Mais inovadoras e adaptáveis: Dadas as suas características, as ONG são instituições que têm uma maior facilidade de adaptação a contextos diferentes. “Mover” uma ONG no terreno é mais fácil porque, por serem corporativamente mais pequenas, têm uma maior facilidade de contornar restrições jurídicas. Além disso, estão munidas de pessoal especializado, com capacidade técnica e capazes de resolver problemas de uma forma diferente e mais eficaz. Por isso, as suas opiniões são tidas em conta em sede de decisão porque dão credibilidade e legitimidade às decisões tomadas.
7. Redes locais fortes: Dada a relevância que as instituições descentralizadas têm vindo a ganhar, é preciso perceber que as ligações ao local tornam-se fundamentais. Perceber as necessidades e características locais é fundamental para se desenvolver uma estratégia eficaz, que vá ao encontro dos verdadeiros interesses dos beneficiários. As ONG têm essa facilidade, porque têm uma ligação ao terreno mais forte e, por isso detêm maior informação e conhecimento que pode, e deve ser, usado na formulação de políticas.
8. Especializadas para o “desenvolvimento”: As ONG têm um papel fundamental no campo do desenvolvimento internacional. Desde os anos 70, que se tem assistido a um crescimento exponencial, tanto em países desenvolvidos como em desenvolvimento, de ONG ligadas aos processos de desenvolvimento. Segundo o FMI, em 1992 as ONG já canalizavam mais de 7,6 mil milhões de dólares de Ajuda para os PVD. Em 2001, o volume de ajuda canalizada para os PVD pelas ONG já representava mais de 15% do total da ajuda. (World Bank and NGOs 2001)
9. Processo orientado pela lógica do desenvolvimento: um dos princípios fundamentais de qualquer ONG é ser não-lucrativa. A grande maioria das ONG tem atividades ligadas, por exemplo à proteção ambiental, à redução da pobreza, etc. Enfim, dedicam-se à

prosseção de um interesse geral e público que vá ao encontro das necessidades dos mais desfavorecidos.

10. Custos vs Eficácia: Atualmente, as ONG são canalizadoras da maior parte da Ajuda Internacional e, isto coloca a eterna questão da eficiência. Como se pode controlar a atividade destas organizações? Como se pode saber se os recursos que estas utilizam são eficazmente aplicados? Segundo, o FMI o rácio custo-eficiência é porque, como as ONG estão mais próximas do terreno e das pessoas, conseguem obter um maior grau de informação que lhes permite tomar decisões mais fundamentadas. Então, apesar de, estas serem aquelas que maiores recursos canalizam, a eficácia dos seus projetos compensam os custos que incorrem.

11. Sustentabilidade e Compromisso: O apoio prestado pelas ONG tem um carácter mais sustentável porque estas instituições estão mais próximas das populações beneficiárias. Estas assumem como seu compromisso a resolução dos problemas dos seus beneficiários porque, estão “fixas” num território, porque trabalham com o conjunto restrito de pessoas especializadas e envolvidas nos problemas e porque têm um papel com um carácter mais duradouro no terreno.

12. Métodos e ferramentas que promovem a participação: No ambiente descentralizado que, atualmente, se vive, é de destacar o papel que as ONG têm porque, conseguem estar mais perto das populações, porque estão mais próximas das suas necessidades e aspirações. É o papel das organizações não governamentais proporcionar mecanismos de participação, de modo a que as vozes mais desfavorecidas sejam ouvidas e, porque estão mais próximas das pessoas, conseguem por em práticas ferramentas de participação muito mais eficazmente.

Mas serão as ONG a panaceia que resolve todos os problemas sociais? Segundo muitos autores, a importância atribuída às ONG está sobrevalorizada.

Segundo alguns autores este “poder” das ONG é sobrevalorizado porque, muitas vezes, estas organizações competem por visibilidade, influência e representatividade, pondo em causa os valores pelos quais se propõem atingir. (Holmén & Jirstrom 2009, p.1)

A primeira grande crítica a estas organizações diz respeito à sua própria definição. Ainda hoje subsistem dúvidas sobre a verdadeira noção do que é uma organização não-governamental para o desenvolvimento. A definição começa por enumerar as características essenciais (independente, não lucrativa e não violenta, com o objetivo de promover a qualidade de vida dos mais desprotegidos). Segundo muitos autores esta definição encerra, uma grande preocupação: como é possível concretizar este objetivo? A verdade é que a definição de ONG tem uma grande carga valorativa mas pouco construtiva porque não concretiza os métodos que estas poderão levar a cabo para concretizar esses objetivos. (Holmén & Jirstrom 2009, p.5)

A segunda grande crítica diz respeito à diversidade de ONG existentes, que têm características, objetivos, valores, métodos, etc., diferentes, tornando a sua avaliação muito mais difícil de concretizar.

Existe um “mercado” de ONG tão diversificado que, muitas vezes, se assiste a uma “batalha” entre elas. Por exemplo, existem organizações tecnológicas, outras que não aceitam a modernização; organizações pró-globalização, outras antiglobalização; organizações contra a pobreza, outras de ajuda médica, de proteção do ambiente, a favor do crescimento económico, etc. Como se pode constatar existe uma diversidade tão grande de organizações que se torna difícil perceber o funcionamento de cada uma delas. Porque se existem organizações mais pacíficas, existem outras que não são, e isso torna muito mais complicado definir uma ONG. (Holmén & Jirstrom 2009, p.5)

Outra questão coloca-se com a criação de ONG. Como já foi dito anteriormente, os países doadores impõem, muitas vezes, aos países sub-desenvolvidos estratégias de descentralização, o que impulsiona o surgimento de ONG locais com o objetivo de canalizar fundos para as estratégias locais de desenvolvimento. Mas, muitos autores, consideram isto como uma deturpação dos objetivos das organizações porque, em vez de se estar a impulsionar a atividade das ONG no local, está-se a impulsionar o surgimento de organizações, para as quais será muito mais difícil contabilizar os resultados. Além disso, a grande maioria das ONG é formada por membros de comunidades urbanas com poucas ligações a raízes locais, acabando por apenas procurar visibilidade e influência.

O funcionamento destas organizações ainda coloca problemas ao nível da democracia e transparência porque, muitas vezes, as ONG são vistas como “unelected and

unaccountable special-interest groups [which] disrupt governance” – Economist (in Holmén & Jirstrom 2009, p.2) .

Resumidamente, segundo a opinião de muitos autores, a prestação de contas/responsabilização (accountability) e a representação podem mesmo ser comprometidas com estas organizações.

A prestação de contas/responsabilização está, em parte, salvaguardada porque o trabalho que as organizações desenvolvem bem como, as decisões tomadas pelos dirigentes são controladas pela estrutura. Ou seja, a maioria das ONG têm uma estrutura legal e estatutos próprios, o que permite um maior controlo por parte dos funcionários, voluntários e beneficiários. Mas, aqui coloca-se um problema porque, apesar de haver um maior poder de controlo sobre as decisões da organização, os beneficiários têm pouco poder de influência nas operações da organização e nos seus processos de decisão.

Isto põe em causa o poder de representação das ONG porque, em vez de estar a dar voz aos seus beneficiários, não estão a pôr em jogo as verdadeiras necessidades e exigências dos mais desfavorecidos que, apesar de poderem controlar, não podem influenciar. Esta realidade tem a mesma expressão nas redes de cooperação, uma vez que o funcionamento em redes é feito com base em aspetos informais, fruto de ligações baseadas em movimentos voluntários, tornando as atividades e as decisões mais difíceis de controlar e perdurar.

Além disso, as redes de cooperação não têm “dono”, apenas participantes tais como as ONG e as Organizações Locais, fazendo com que seja mais complicado perceber quem toma decisões e quem implementa projetos. E, futuramente que seja quase impossível medir os resultados ou calcular a afetação dos recursos financiados para os projetos concretizados.

Como estas redes não têm estatutos formais e a ordem é invisível, as organizações que trabalham neste âmbito não vêem as suas decisões ser formalmente responsabilizadas pelas decisões que tomam. Muitos autores falam numa falta de responsabilidade política, sobretudo pela falta de mecanismos formais. (Holmén & Jirstrom 2009, p.435)

Apesar de existirem aspetos negativos ligados à atividade das ONG, os resultados conseguidos graças à atividade destas organizações no local, ultrapassam os efeitos negativos que a sua atividade põe em causa. A análise do custo-benefício sobre o exercício

de uma ONG, permite constatar que os benefícios ultrapassam os custos, justificando a presença cada vez mais forte destas organizações na cena internacional.

No capítulo seguinte, para contextualizar a atuação da ONG em análise nesta dissertação, passo a descrever sucintamente as características fundamentais da República da Guiné-Bissau – país de origem da ONG por mim escolhida.

IV. O Contexto: Guiné-Bissau

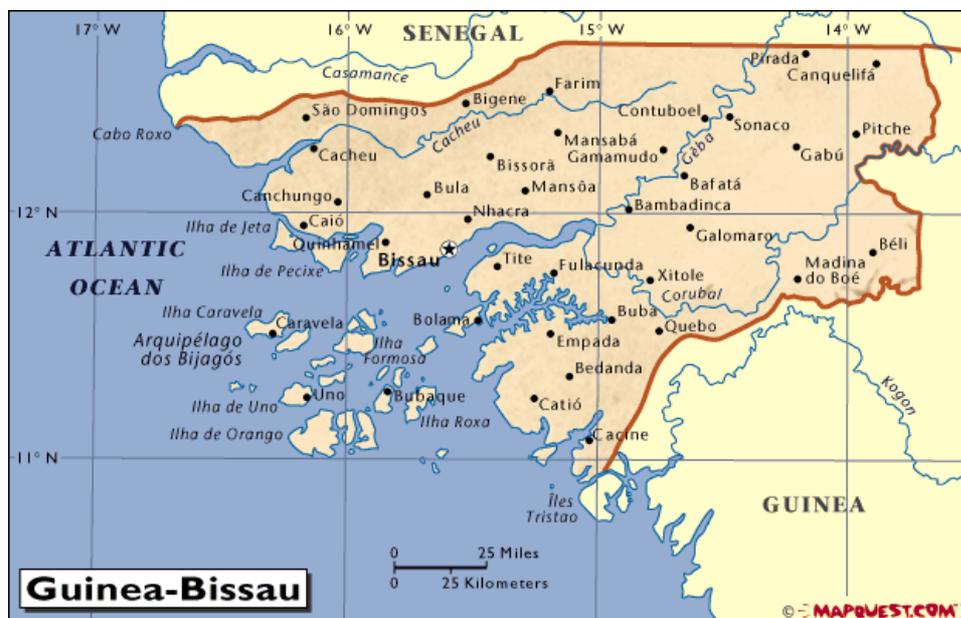


Figura 1 – Mapa de Guiné-Bissau

Fonte: <http://www.didinho.org/guinebissau.htm>

Com uma população de cerca de 1,5 milhões de habitantes, fazendo fronteira com Senegal, Serra Leoa, Libéria, Costa do Marfim e Burquina, Guiné-Bissau é uma ex-colónia portuguesa situada na costa ocidental do continente africano e, país integrante da Comunidade dos Países de Língua Portuguesa (CPLP).

Este pequeno país, com capital na cidade de Bissau, conta com oito regiões, um setor autónomo e, ainda, com oitenta e oito ilhas que formam o arquipélago de Bijagós.

É este país da costa ocidental africana que passo a descrever sucintamente, focando apenas os pontos essenciais: política, a situação social do país, economia e posição internacional.

1. Situação Política

A situação política em Guiné-Bissau caracteriza-se por uma intensa instabilidade desde os finais dos anos 90.

O conflito político-militar de 1998 deixa o país numa situação caótica mas, apesar da destruição e do conflito iminente, o país conseguiu relançar o processo democrático em 2000, ao concretizar as eleições presidenciais que elegeram o presidente Koumba Yalá. No

entanto, em 2003, devido aos fracos resultados concretizados, o país vive um novo Golpe de Estado.(IPAD 2008a, p.14)

Em 2004, com a intervenção e apoio da Comunidade Internacional, o país realiza as eleições legislativas e, em maio e junho de 2005, leva a cabo as eleições presidenciais. Nestas últimas é eleito João Bernardo Vieira (Nino Vieira) para a Presidência, conduzindo à nomeação de um novo governo.

A nomeação do novo governo não trouxe a estabilidade política pretendida, então em 19 de março de 2007, é aprovada uma moção de censura ao governo em funções que, resultou na conseqüente demissão do Governo.

Perante esta situação, Nino Vieira vê-se obrigado a nomear um novo governo com funções muito específicas: combate às dificuldades do país e preparação das eleições legislativas de 2008. (IPAD 2008a, p.15)

A degradação social e económica do país “ensombra” as eleições legislativas de 2008 que levam ao poder um novo governo liderado por Carlos Gomes Júnior do PAIGC. Este é o 18.º governo desde a abertura ao multipartidarismo em 1991, e os desafios que este terá de enfrentar são demasiado altos.

Em 2009, depois de alguns meses de relativa estabilidade, os problemas do narcotráfico continuavam a degradar a situação económica e social do país e as divergências entre democracia e armas permaneciam sem uma solução permanente. Então, em 2 de março de 2009, o presidente Nino Vieira foi assassinado na sua residência bem como, o Chefe do Estado Maior das Forças Armadas Guineense, Tagme Na Waie.

Apesar das autoridades guineenses garantirem que a estabilidade política não estaria comprometida, os analistas políticos mundiais estavam receosos que a situação tomasse contornos muito graves. Mas, nesse mesmo ano realizam-se eleições presidenciais, elegendo Malam Bacai Sanhá como novo Presidente.

A comunidade internacional, sobretudo o FMI tem-se mostrado otimista com a eleição do novo presidente, em 2009, e com a eleição do governo atual em 2008. Segundo esta instituição, estas eleições permitiram que o país se focasse numa política de médio prazo e de reformas e, deixasse de se preocupar com a política do “dia a dia”. (FMI - Departamento de África 2010b, p.5)

Mas os incidentes de 1 de abril de 2010 trouxeram novos receios à comunidade internacional, quando um grupo de militares prendeu o Chefe do Estado Maior das Forças Armadas e deteve, por um curto período, o Primeiro-Ministro. Apesar destes incidentes, a situação manteve-se estável, o governo, os ministérios e o parlamento continuaram a trabalhar como o habitual. (FMI - Departamento de África 2010a, p.5)

A situação política em Guiné-Bissau pode ser caracterizada por uma insegurança permanente. Dados os exemplos do passado e do presente, existem sérias dúvidas de que o poder democrático alguma vez seja implementado neste país.

O poder das armas *versus* o poder da democracia é uma luta que a Guiné-Bissau não consegue ultrapassar porque as divergências políticas estão em todo lado. É um país que vive a “política da desconfiança” até mesmo, dentro do principal partido no poder, o PAIGC.

2. Situação Social

O conflito político-militar de 1998-1999 é considerado o maior responsável pelo agravamento das condições socioeconómicas do país.

Depois dos muitos anos de guerra pela sua independência, o país vê-se envolto numa destruição social e económica incomensurável, onde crianças, mulheres e idosos são os que mais sofrem com os graves problemas de alimentação, saúde e emprego.(IPAD 2008a, p.18)

2.1.Saúde

As grandes deficiências em setores básicos, como a saúde, alimentação, educação, habitação, etc., podem ser evidenciadas pelas próprias características populacionais da Guiné-Bissau. Este país conta com um população de cerca de 1.596.677 habitantes com uma idade média de cerca de 20 anos (19,5 anos) mas, a jovialidade da população apenas reflete a precariedade das condições em que as populações vivem.

A falta de equipamentos, infraestruturas e água potável na maior arte do país permite que, apesar da taxa de crescimento da população registar os 1,98% e o número médio de filhos por mulher a ultrapassar os 4 filhos (estimativa para 2011), as taxas de mortalidade infantil continuem a registar valores muito elevados (aprox. 93 óbitos/1000 nascimentos). (Central Intelligence Agency 2011)

A pirâmide etária do país é mais um reflexo da precariedade, uma vez que a faixa etária +65 anos ainda apresenta uma percentagem muito reduzida (3,16%) enquanto as faixas etárias dos 0-14 representam mais de 95% da população. A esperança média de vida continua a registar valores muito reduzidos, aproximando-se dos 49 anos para o total da população, nas estimativas para o ano 2011. (PNUD 2010, p.154) ; (Central Intelligence Agency 2011)

2.2.Educação

Tal como a maioria dos setores governamentais, a educação continua a apresentar inúmeras debilidades infraestruturais, de equipamentos e de qualificação de recursos humanos. O país apresenta uma literacia (% população com mais de 15 anos que sabe ler e escrever) de quase 70%; em 2003, apenas 27% das mulheres com mais de 15 anos sabia ler e escrever, comparativamente com os 58% registados para homens. (Central Intelligence Agency 2011).

Juntamente com estes dados relativamente ao setor da educação, o último relatório de desenvolvimento do PNUD, mostra que a média de anos de escolaridade é aproximadamente 2,5 anos, o que vem mais uma vez comprovar a ineficiência do sistema de educação.

3. Situação Económica

A guerra civil de 1998/9 mergulhou o país numa crise não só política mas, também económica. Em 2003 pequenos sinais de recuperação da economia guineense não se revelaram frutíferos fazendo com que o crescimento económico passasse de 3,5% em 2005 para 1,8% em 2006 tornando a Guiné-Bissau num dos piores países africanos em termos de crescimento. Esta queda deveu-se à descida por preço da castanha de caju que, representa 30% do Rendimento Nacional Bruto bem como, as sucessivas subidas do preço do petróleo. A instabilidade política e, as dívidas à função pública também são apontado com fatores destrutivos da economia guineense. (IPAD 2008a, p.16)

A economia da Guiné-Bissau está sobre o olhar de um programa estrutural do FMI que avalia e monitoriza a implementação das medidas económicas aplicadas ao país bem como as estratégias de desenvolvimento e impulsionamento da economia.

A Guiné-Bissau, cuja economia se baseia fundamentalmente na agricultura e na pesca, continua muito dependente da ajuda externa.

Mas apesar das adversidades e de uma conjuntura externa muito difícil, segundo os dados do FMI, os resultados obtidos no exercício de 2009 são muito positivos: “(...) em 2009 a Guiné-Bissau fez progressos significativos na estabilização da sua economia através do programa apoiado pelo EPCA (Assistência de Emergência Pós-Conflito).” (FMI - Departamento de África 2010b, p.5).

Segundo o relatório do FMI, a economia guineense ultrapassou a barreira dos 3% de crescimento do PIB (Produto Interno Bruto) no ano 2009, sobretudo graças à colheita favorável de caju e à recuperação do setor da construção. Mas também graças a uma desaceleração da inflação e a uma melhor estabilização do orçamento. (FMI - Departamento de África 2010b, p.5)

Para o ano 2010, prevê-se um crescimento de 3,5% sobretudo pela “subida do preço do caju e a estabilidade das remessas que ajudaram a preservar os rendimentos e a aliviar as pressões sobre o orçamento e a balança de pagamentos”(FMI - Departamento de África 2010a, p.2).

Aproveitando os impulsos económicos favoráveis, o FMI prevê um crescimento de 4,3% para o ano de 2011, que deverá ser sustentado “pela retoma da economia mundial e pela recuperação na produção de castanha de caju”. (FMI - Departamento de África 2010a, p.2)

O programa financiado pela ECF (Facilidade de Crédito Ampliado) e cujos objetivos se centravam num reforço das finanças públicas, na modernização da administração pública e no aumento da qualidade dos serviços públicos, procurando também promover a criação de empregos no setor privado, tem apresentado um desempenho muito favorável.

Ainda para o ano de 2011, com o programa apoiado pela ECF e com demais financiamento disponível, o orçamento para 2011 é considerado um objeto bem concebido pelo atual governo de Carlos Gomes Junior, onde se prevê que as reformas previstas venham promover uma maior arrecadação de receitas, bem como uma melhoria na gestão financeira pública e fortalecimento da dívida. (FMI - Departamento de África 2010a, p.2)

O corpo técnico do FMI, que acompanha o país e a execução dos projetos financiados, vê um progresso muito positivo nos últimos anos, mas que pode ser

facilmente comprometido pela instabilidade política do país. Além disso, o país é superdependente do setor agrícola, estando muito mais vulnerável à flutuação de preço na sua maior fonte de riqueza (a castanha de caju). (FMI - Departamento de África 2010b, p.5)

4. Situação Internacional

No contexto internacional podemos dizer que a Guiné-Bissau tem relações fortes com países da África Ocidental nos quais se destacam o Senegal e a Nigéria e, com organizações como UEMOA (União Económica e Monetária do Oeste Africano) e com a CEDEAO (Comunidade Económica de Desenvolvimento da África Ocidental. (IPAD 2008a, p.18)

Além das relações continentais e regionais, o país mantém fortes relações de cooperação com Portugal mas também com outros países e organizações tais como: a França, China, Espanha, Comissão Europeia, FMI, ONU, FMI, entre outros. (IPAD 2008a, p.21)

A assinatura do Acordo de Cotonou, em 2000, permitiu que o diálogo entre a União Europeia e as Instituições Guineenses se tornasse mais frequente possibilitando um incremento da estabilidade no país, depois do Golpe de Estado de 2003. No entanto, para institucionalizar o diálogo ainda é necessário percorrer um longo caminho porque, apesar de existir uma razoável partilha de informações sobre a realidade das instituições guineenses, existem algumas lacunas no que diz respeito à atividade política e estratégica dada a instabilidade e luta por poder que ainda persistem no país.

Tal como enunciado em epígrafe, Portugal é um dos grandes parceiros da República da Guiné-Bissau. As relações entre os dois países têm-se suportado na CEDEAO, na CPLP e nas Nações Unidas. (IPAD 2008a, p.20)

As relações entre Portugal e a Guiné-Bissau têm vindo a evoluir ao longo dos tempos. Até 1998, ano do conflito político-militar, as relações de cooperação entre Portugal e Guiné assumiam dois níveis:

- ✓ Bilateral – Através dos Programas Indicativos de Cooperação (PIC) que, realizam apoios ao setor empresarial, autarquias, sociedade civil

destacando o papel das Organizações Não Governamentais de Desenvolvimento e Organizações Religiosas.

- ✓ Multilateral – com apoios da União Europeia e das diversas agências das Nações Unidas.

O conflito de 1998 levou a que a maior parte dos projetos de cooperação estagnassem, sendo apenas retomados nos anos de 2000-2002. Entretanto em 1999, na *Mesa de Doadores para a Guiné-Bissau* em Genebra, Portugal assume-se como o principal doador bilateral.

As características culturais, jurídicas e institucionais de Portugal proporcionam uma vantagem em relação a outros países que pretendam cooperação com a República da Guiné-Bissau. Além disso, a língua portuguesa fortalece ainda mais a cooperação entre estes dois países permitindo uma melhor concretização dos objetivos da Cooperação Portuguesa para a Guiné-Bissau.

A cooperação de Portugal e Guiné-Bissau assenta nos Objetivos do Milénio, nas recomendações da União Africana e nas orientações do NEPAD (Nova Pareceria para o Desenvolvimento Africano). Além disso Portugal ainda tem um papel ativo enquanto um estado-membro da União Europeia sobretudo, no apoio à implementação do Projeto UE-África aprovada na Cimeira de Lisboa em 2007.

A estratégia de cooperação entre os dois países orienta-se pelos programas trianuais – Programas Indicativos de Cooperação (PIC) – que resumem o contexto socioeconómico do país e estabelecem as metas e os objetivos essenciais que a estratégia de cooperação deverá prestar especial atenção.

Nos últimos anos a cooperação com a Guiné-Bissau tem-se baseado nesses programas trianuais. O último programa indicativo para a Guiné-Bissau é relativo ao triénio 2008-2010; não se conhecendo ainda a existência de um novo programa.

O programa indicativo de cooperação 2008-2010 para a Guiné-Bissau pretende orientar a estratégia de cooperação portuguesa na Guiné-Bissau durante três anos e, rege-se por dois princípios:

- ✓ Qualidade e eficácia da ajuda garantida
- ✓ Racionalização dos recursos financeiros

Este PIC tem como base a sustentação de projetos que promovam a educação e formação, que apoiem a capacitação institucional nomeadamente na Administração Pública e, que promovam o desenvolvimento e redução da pobreza.

Os instrumentos de ajuda que foram considerados, para a concretização dos objetivos, são os seguintes:

1. Cooperação técnica
2. Parcerias entre instituições homólogas
- 3. Apoio à sociedade civil**
4. Ajuda humanitária
5. Financiamento através de organizações multilaterais
6. Cluster (promoção do setor económico e social)
7. Apoio ao Orçamento

É importante referir que o PIC 2008/2010 tem dois eixos fundamentais que, se dividem num conjunto diversificado de iniciativas e projetos de cooperação, sempre com o objetivo de concretização do desenvolvimento socioeconómico do país. Esses eixos são:

- ✓ Boa governação, participação e democracia (este eixo tem como função promover a implementação de um Estado de Direito democrático reforçando para isso os recursos humanos e, as demais instituições públicas guineenses.
- ✓ Desenvolvimento sustentável e luta contra a pobreza (a atuação centra-se nas áreas da educação, cultura, desenvolvimentos sócio comunitário e preservação dos recursos naturais.

Para a concretização dos objetivos consagrados no PIC 2008/2010 a Cooperação Portuguesa conta com:

- ✓ Ministérios sectoriais;
- ✓ Câmaras Municipais e Associações de Municípios;
- ✓ Universidades;
- ✓ Institutos de Investigação;
- ✓ Associações Profissionais;
- ✓ Fundações;

- ✓ **ONGD portuguesas e guineenses;**
- ✓ Instituições do Setor Privado.

Ao longo da história de cooperação entre Portugal e a Guiné-Bissau, para além da concretização dos PIC, têm sido desenvolvidos importantes acordos de cooperação, destacando os seguintes:

- ✓ Acordo de Cooperação nos domínios do Ensino e da Formação Profissional (1978)
- ✓ Protocolo sobre Cooperação Financeira (1984)
- ✓ Acordo de Cooperação no Domínio Militar (1989)
- ✓ Protocolo de Cooperação na Área das Finanças Públicas (1990)
- ✓ Convenção sobre a Segurança Social (1993)
- ✓ Acordo Especial de Cooperação no Domínio da Administração Interna entre a República Portuguesa e a República da Guiné-Bissau (1997)
- ✓ Acordo de Cooperação no domínio do Ensino Superior (1998)
- ✓ Memorando de Entendimento entre o Governo da República Portuguesa e o Governo da República da Guiné-Bissau para o Combate do Narcotráfico na Guiné-Bissau (2007)

5. Sociedade Civil Guineense

A sociedade civil guineense caracteriza-se por ser bastante heterogénea. No terreno podem ser encontradas instituições formais e informais, tais como: sindicatos, associações (profissionais, comunitárias, desportivas, juvenis, culturais, religiosas, de empresários, de pequenos comerciantes, etc.), igrejas, federações, confederações (de mulheres, camponeses, produtores, etc.), associações de defesa de direitos humanos, ONG e/ou associações de base comunitária. (Handem 2008, p.16)

Com o fim da luta armada e a abertura do país ao multipartidarismo nos anos 90, as instituições enunciadas em epígrafe ganharam um novo papel, o seu crescimento começou a fazer-se de forma mais intensa e a sua dimensão de atuação tornou-se muito mais envolvente conseguindo, com os seus meios, tocar as várias vertentes: social, política e económica.

As primeiras organizações da sociedade civil estavam sobretudo ligadas à igreja. Estávamos nos anos 50, e ainda sob o domínio colonial, por isso a criação de organizações/instituições era controlada pelo Estado Colonial. Só as organizações “politicamente inofensivas” tinham autorização para serem criadas; é por esta razão que, até 1973, a maioria das organizações no país tinham uma ligação muito forte a instituições religiosas mas, também bombeiros voluntários, clubes desportivos e grupos de interajuda. (Handem 2008, p.17)

Nos anos após a libertação (1974), o controlo no surgimento de atores não estatais permaneceu muito cerrado. A criação das *organizações sociais de massas (OSM)* tinham como principal objetivo reunir o maior número de população em torno de um objetivo comum: unidade e reconstrução do país.

Na pós-libertação existia receio de que grupos com novas ideologias - sobretudo liberais - viessem por em causa os ideais revolucionários. Neste momento nascem algumas juventudes partidárias (ex. Juventude Amílcar Cabral), uniões de mulheres e trabalhadores (ex. União Democrática das Mulheres e União Nacional dos Trabalhadores Guineenses).

O principal objetivo, destas organizações político-partidárias, era reunir em torno dos ideais revolucionários o maior número de pessoas, garantindo assim a legitimidade das decisões tomadas.

Porém, as OSM rapidamente se tornaram num verdadeiro fracasso porque a excessiva centralidade destas organizações não permitia uma resposta eficaz às necessidades dos povos locais.

O declínio económico registado em 1980, que culminou na submissão ao programa estrutural do FMI em 1984, conduziu a mudanças drásticas na organização político-social do país.

Em 1990 surgem as primeiras ONG nacionais guineenses e, nestes primeiros anos, surgem sobretudo grupos de mulheres e jovens. As filosofias “impostas” pelos países doadores permitem uma maior interação com associações locais o que faz disparar o número de organizações de mulheres e jovens tanto nos meios rurais como nos meios urbanos.

Não foram apenas as organizações de mulheres e jovens a crescer; o número de sindicatos também aumentou drasticamente (cerca de 20 unidades sindicais em 2008) e as organizações informais de ajuda também viram um relevante crescimento, dado que a sua importância para a concretização da coesão social e económica era fundamental.

Apesar de se assistir a uma proliferação de organizações, as condições de trabalho destas não são fáceis. Para além, das deficiências ao nível de infraestruturas, equipamentos e recursos humanos, estas organizações têm de viver sob a dependência de ajuda externa, num ambiente onde o Estado opta por uma atitude inoperante e, onde não existem mecanismos de concertação e coordenação entre vários níveis, em particular entre o Estado e a Sociedade Civil. (Handem 2008, p.19)

O crescimento das ONG em Guiné-Bissau tem sido gradual, e muitas associações e organizações têm desempenhado o seu papel na prossecução da coesão social e económica.

De todas as organizações guineenses, que também têm merecido mérito na criação de mecanismos de coordenação e concertação, destaca-se o papel do SOLIDAMI. Organização que operou entre 1986-1998 e foi a principal responsável pela aprovação do Decreto-lei 23/92 sobre as ONG.

Apesar de ser uma organização com um cunho público muito forte, é graças ao trabalho desta que se pode ver um maior desenvolvimento do setor não-governamental guineense. Foi também possível, graças a esta organização, a união de um conjunto alargado de instituições nacionais e internacionais, permitindo a realização do decreto mencionado em epígrafe. (Handem 2008, p.20)

Em 1992, e com o aparecimento rápido de um número muito elevado de organizações, o governo fez aprovar o Decreto-Lei n. 23/92, que veio regular a “criação e o exercício de atividades das Organizações não-governamentais”. Com a implementação deste decreto, a criação e a atividade das ONG passaram a ser controladas pelo SOLIDAMI, que por sua vez era controlado pelo Ministério da Cooperação Internacional. Os requerimentos para constituição da organização bem como os relatórios anuais de atividade tinham de ser depositados no SOLIDAMI, que os remetia às entidades de controlo (Ministério das Finanças, Ministério da Cooperação Internacional, Ministério da

Justiça, etc.); o SOLIDAMI funcionava como intermediário entre as ONG e o Estado. (Handem 2008, p.25).

Com mais de 150 ONG a operar no país atualmente, o decreto-lei 23/92 aprovado há mais de 16 anos aparece como um documento desfasado da realidade atual. Nos anos 90 não existiam metade das organizações que hoje existem e as características destas também evoluíram ao longo dos anos.

Com a extinção da SOLIDAMI, a Plataforma de Concertação de ONG na Guiné-Bissau (PLACON-GB) assume o papel de “representação e defesa dos interesses das ONG, incentivando e desenvolvendo o espírito de responsabilidade e da solidariedade no seu seio e mobilizando-as em torno das suas preocupações e necessidades, bem como “a promoção do diálogo e a concertação com as ONG, com o Estado e parceiros de desenvolvimento, com vista a participação democrática ao reforço da cidadania e da contribuição das Organizações da Sociedade Civil nas transformações sociais e na redefinição das políticas públicas a favor das comunidades de base.” (Portal das Plataformas Nacionais de ONG 2010)

O crescimento da sociedade civil tem sido fundamental para conseguir chegar a locais e pessoas que, de outra forma não poderiam ver resolvidos os seus problemas mais prementes. Estas instituições, sobretudo as ONG, desempenham um papel fundamental na concretização dos objetivos de desenvolvimento e coesão social mas, continuam a enfrentar problemas de operacionalidade, porque não têm um apoio institucional, dependem primordialmente de apoio de doadores (nacionais e internacionais) não permitindo uma continuidade e sustentabilidade de projetos a longo prazo. Além da escassez de recursos financeiros, as organizações não detêm recursos humanos capazes e suficientes para responder aos desafios a que são colocados todos os dias. (Handem 2008, p.28)

As organizações guineenses sofrem dos mesmos problemas que a grande maioria das organizações espalhadas pelo mundo, sejam elas organizações dos países do Norte ou dos países do Sul, e muitas delas foram enunciadas no capítulo III. A falta de capacidade de negociação bem como, a ausência de mecanismos para obtenção de informação fazem parte do leque de dificuldades. Além disso, a dispersão de atividades bem como a dificuldade no cálculo de resultados não permite que estas organizações operem com

accountability, uma vez que não têm capacidade para gerar relatórios de atividades. (Handem 2008, p.28)

Para além destas dificuldades, as ONG guineenses ainda têm de colmatar a dificuldade de diálogo e de concertação social. É necessário criar mecanismos de cooperação e diálogo entre as diversas instituições (públicas e privadas) de modo a impulsionar a confiança nas instituições e eficiência das operações. Uma maior concertação social permitiria a não duplicação de atividades e uma melhor afetação de recursos bem como, uma melhor eficácia nas operações levadas a cabo. (Handem 2008, p.30)

Por isso, e como o país ainda tem um longo caminho a fazer neste âmbito, torna-se primordial avançar para uma maior e melhor concertação social de modo a dirimir os problemas que as atuais organizações enfrentam.

Depois de avançar com o conceito de CDD e de no capítulo III ter destacado tão fortemente o papel das Organizações Não-Governamentais para o Desenvolvimento, não podia deixar de apresentar um caso prático. Com a contextualização efetuada no presente capítulo, resta-me, no capítulo que se segue, apresentar sucintamente uma ONG guineense – Rede Ajuda: Intercooperação e Desenvolvimento bem como, a descrição de um projeto levado a cabo em parceria com a ACEP – Associação para a Cooperação Entre Povos e financiado pelo IPAD.

Para a realização do capítulo seguinte, a bibliografia utilizada é na sua maioria documentos privados, e não publicados, da ACEP que foram gentilmente cedidos para o enriquecimento prático deste trabalho.

V. Estudo de Caso

1. Rede Ajuda: Intercooperação e Desenvolvimento

A Rede Ajuda: Interooperação e Desenvolvimento (RA) é uma organização de pessoa coletiva de direito privado, apartidária laica, dotada de personalidade jurídica com autonomia financeira, administrativa e patrimonial e sem fins lucrativos, fundada a 24 de maio de 2002 na cidade de Buba, e legalizada no serviço de notariado de Bissau no dia 14 de agosto de 2002. (RA 2009, p.1)

Esta organização tem intervenção em diversas zonas da Guiné-Bissau - Bissau, Quinará, Bafatá e Biombo - e a sua principal missão é a melhoria das condições socioeconómicas e culturais da população desfavorecida das zonas urbanas e rurais, contribuindo para a redução da pobreza e da exclusão social, promovendo a cooperação com parceiros nacionais e internacionais.

As suas principais áreas de intervenção são a educação e formação, segurança alimentar e desenvolvimento rural, água e saneamento básico, microcrédito, direitos humanos e cidadania. O principal objetivo da RA é a redução gradual da pobreza e exclusão social, através da promoção de ações com vista a apoiar famílias desfavorecidas na resolução dos seus problemas quotidianos.

A saúde, educação, reforço de capacidades, formação e orientação profissional para Jovens e Mulheres, alfabetização funcional de adultos (particularmente das mulheres e jovens raparigas), aumento da participação da mulher no processo de aprendizagem e de tomada de decisão, bem como a participação das mesmas no progresso socioeconómico do país, são algumas das lutas pelas quais esta organização não-governamental se bate.

A partir de 2005, com a sua inclusão no projeto Integrado de Desenvolvimento de uma Rede de Proteção Social na República da Guiné-Bissau, inserido no quadro de cooperação entre o Ministério do Trabalho e Solidariedade Social de Portugal e o então Ministério da Solidariedade Social, Família e Luta contra Pobreza na Guiné-Bissau, a RA conseguiu diversificar e impulsionar novos projetos e atividades no terreno.

A estratégia adotada pela organização vai ao encontro dos ideais da cooperação descentralizada, ao impulsionar mecanismos de participação nas suas atividades e projetos. Isto, não só permite uma maior capacitação dos diferentes grupos alvo para aumentar os

seus recursos e possibilidades numa ótica de “*empowerment*” como também, permite à RA adquirir um maior grau de conhecimento sobre os contextos onde pretende desenvolver os seus projetos e atividades. (RA 2009, p.11)

O método de trabalho da RA baseia-se sobretudo na informação que adquire através dos meios de participação que impulsiona na comunidade em que está inserida ou se quer inserir. Através da consulta à população, aos seus líderes, chefes tradicionais e informação documental existente, a organização ganha um maior conhecimento sobre a realidade na qual quer intervir. (RA 2009, p.7)

Com base nessa informação, a organização vai elaborar um diagnóstico que permitirá desenvolver um conjunto de prioridades estratégicas que estejam de acordo com as características e necessidades da população intervencionada. Após a realização do diagnóstico e das prioridades estratégicas, define-se uma estratégia eficaz para a concretização das prioridades.

Para que este método participativo seja eficientemente aplicado é necessário o envolvimento e participação de uma equipa de trabalho que reúna diferentes sensibilidades e saberes e, que permite a reunião de opiniões e de recursos, visando resultados positivos na conceção, implementação e avaliação dos projetos implementados.

Este modelo de funcionamento proporciona o envolvimento da população, das comunidades locais e regionais no planeamento de todas as atividades e decisões que se pretendem implementar.

Desde a sua criação, em 2004, a RA tem vindo a desenvolver um conjunto de projetos e iniciativas importantes para o reforço das condições de vida das comunidades onde se insere. Destes projetos destacam-se os seguintes: (RA 2009, pp.1–5)

1. No setor autónomo de Bissau:
 - a. Projeto integrado de desenvolvimento de uma rede de proteção social na República da Guiné-Bissau financiado pelo Gabinete de Estratégia e Planeamento e Ministério do Trabalho e Solidariedade Social de Portugal;
 - b. Projeto de melhoria das condições de vida da população do Bairro de Reno que vive em extrema pobreza (Projeto ONG RA e ONG portuguesa IMFV);
2. Na região de Quinará:

- a. Projeto integrado de desenvolvimento de uma rede de proteção social na República da Guiné-Bissau financiado pelo Gabinete de Estratégia e Planeamento e Ministério do Trabalho e Solidariedade Social de Portugal;
 - b. Projeto de reforço das organizações comunitárias e das suas iniciativas de apoio às atividades de produção, transformação e comercialização nos setores de Tite e Fulacunda;**
3. Na região de Biombo (Reino de Jaal)
- a. Projeto integrado de desenvolvimento de uma rede de proteção social na república da Guiné-Bissau financiado pelo Gabinete de Estratégia e Planeamento e Ministério do Trabalho e Solidariedade Social de Portugal;
4. Na região de Bafatá:
- a. Projeto de apoio a produção Agrícola na Região de Bafatá (Projeto da ONG RA e do Instituto de Estudo para o Desenvolvimento financiado pelo IPAD);

Para se inserir nestes projetos a RA conta com um conjunto de parceiros, nomeadamente o Gabinete de Estratégia e Planeamento da Guiné-Bissau, o Ministério de Trabalho e Solidariedade Social de Portugal, o Ministério de Mulher, Família, Coesão Social e Luta Contra Pobreza (MMFCSLP), a Associação Para Cooperação entre os Povos (ACEP), Instituto de Estudo Para o Desenvolvimento (IED), Instituto Marquês de Valle Flôr (IMVF), União Europeia (U. E.), Entidades pertencentes a Rede de Proteção Social na Republica da Guiné-Bissau e o Instituto Português de Apoio ao Desenvolvimento (IPAD). Além destes a Rede Ajuda – Cooperação e Desenvolvimento, é membro das seguintes organizações: PLACON – GB, Movimento Nacional de Sociedade Civil Para a Paz Democracia e Desenvolvimento, Projeto Integrado de Desenvolvimento de Uma Rede Proteção Social Na República da Guiné-Bissau e Rede Nacional de Luta Contra Violência no Género (RENLUV – GB). **(RA 2009, p.7)**

A estrutura orgânica da RA permite uma maior versatilidade e agilidade de atuação. A RA conta com uma Estrutura Organizativa formada pela assembleia-geral, conselhos de

administração, fiscal e técnico consultivo formando o órgão social da organização. Também conta com uma Estrutura Executiva Permanente, formada pela direção executiva, direção administrativa, financeira e patrimonial, coordenação de programas e direção de formação, direção de animação sócio comunitária. (RA 2009, p.9)

A estrutura funcional dinâmica, a complementaridade de ações, credibilidade e consequente estabilidade de financiamento permite à RA apoiar mais de 30 mil pessoas desde crianças, jovens, mulheres e idosos. Contudo esta organização ainda está a passar por algumas dificuldades nomeadamente, de projeção desta a um nível internacional. (RA 2009, p.11)

Tal como enunciado anteriormente, nos últimos anos, a RA tem desenvolvido um conjunto de projetos e atividades com validade merecida. É, um desses projetos que passo a expor em seguida.

2. Projeto de reforço das organizações comunitárias e das suas iniciativas de apoio às atividades de produção, transformação e comercialização nos setores de Tite e Fulacunda

O objetivo essencial deste projeto, apoiado pelo IPAD e realizado em parceria com a ACEP, é “o reforço das capacidades institucionais das organizações comunitárias de base e dos agrupamentos de mulheres e jovens bem como, o reforço das iniciativas locais e da sua qualidade. Pretende também reforçar os sistemas locais de conservação e transformação artesanal das produções, melhorar os sistemas de distribuição e comercialização dos produtos através da organização de sistemas de armazenamento e escoamento das produções.” (ACEP & RA 2009, p.4)

1. Contexto

A região de Quinara, particularmente os setores de Tite e Falacunda, é dominada pela “pobreza, analfabetismo, baixa esperança de vida, mortalidade infantil e insegurança alimentar.”

A insegurança alimentar é consequência de uma agricultura de subsistência muito rudimentar e com problemas muito difíceis de ultrapassar. Esses problemas prendem-se com um conjunto de fatores: (IPAD sem data, p.4)

- As práticas utilizadas são muito rudimentares;
- A produção agrícola é vulnerável às condições meteorológicas, sobretudo as chuvas;
- A fertilidade dos solos tem vindo a diminuir fruto de uma má utilização dos mesmos;
- O nível tecnológico usado é muito rudimentar;
- A grande dependência da produção de caju;
- A produção de arroz enfrenta problemas de produção mas também sofre com a concorrência do produto importado.

A vulnerabilidade às condições meteorológicas, à flutuação dos preços do caju e do arroz no mercado, resultam nas três características dominantes da agricultura destes setores: fraca produtividade, baixo nível de investimento e baixo rendimento. (ACEP & RA 2009, p.3)

A solução, para todos os constrangimentos apresentados, pode estar na associação de pessoas ou na formação de grupos informais. As associações de pessoas ou camponeses têm uma maior capacidade para procurar e difundir soluções relacionadas com produção agrícola, gestão de água, acesso à terra, entre outros, no entanto ainda apresentam algumas fragilidades ao nível da formação, habilitações e acesso a recursos. Para além das associações, que podem ajudar a resolver alguns dos problemas estruturais e não estruturais destes setores, a região de Quinara tem um potencial agrícola muito favorável uma vez que, o clima é propício, os solos são férteis e, as duas regiões em particular estão próximas de um rio.(ACEP & RA 2009, pp.3-4)

Apesar das dificuldades que o setor agrícola apresenta nesta região, os fatores favoráveis se forem potenciados poderão dar o impulso necessário ao desenvolvimento de um setor agrícola mais independente e excedentário. Aproveitando a capacidade das OCB para obter recursos e as potencialidades agrícolas da região, surge a ideia de implementação deste projeto que, contempla estas duas vertentes.

2. Descrição do projeto

Este projeto é financiado pelo IPAD e codesenvolvido por duas organizações não-governamentais: a Rede Ajuda – Intercooperação e Desenvolvimento e ACEP (Associação para a cooperação entre povos).

A importância da participação da RA neste projeto é essencial porque esta detém um maior conhecimento sobre a realidade local contribuindo para uma implementação mais eficaz das atividades desenvolvidas. Além disso, a sua permanente presença, permite uma melhor monitorização e controlo dos fundos aplicados.

O objetivo principal prende-se com o “desenvolvimento integrado e duradouro do setor de Tite e Falacunda, região de Quinara, através do reforço das dinâmicas associativas em meio rural e das suas iniciativas socioeconómicas”. Mas, dado o carácter genérico do objetivo principal, este foi materializado em objetivos específicos. (ACEP & RA 2009, p.4)

1. Reforço capacidades institucionais das OCB, de mulheres e jovens;
2. Reforço de iniciativas económicas locais desenvolvidas pelas diversas organizações;
3. Diversificação da produção local e impulsionamento da qualidade;
4. Reforço sistema de conservação e transformação das produções;
5. Melhoramento dos sistemas de distribuição e comercialização de produtos;

Para a realização destes objetivos específicos serão desenvolvidas **quatro atividades** distintas e, que passo a descrever resumidamente:

1. Atividade 1

Com esta atividade pretende-se que as capacidades de gestão e ação das organizações, dos seus membros, de mulheres e jovens sejam reforçadas. O reforço das suas capacidades deve estar direcionado para as atividades económicas predominantes dos dois setores: a agricultura, horticultura e fruticultura. Espera-se também que as infraestruturas de apoio e os equipamentos existentes sofram grandes melhorias. (ACEP & RA 2009, pp.5-6)

Para a persecução dos objetivos gerais desta atividade serão desenvolvidos vários programas de intervenção:

- 1.1. Programa de formação de líderes associativos;
- 1.2. Alfabetização das mulheres e jovens membros das associações e agrupamentos de base;

1.3. Construção de um centro comunitário.

A RA, nesta atividade, é responsável pela aquisição e distribuição dos equipamentos de apoio, pelo acompanhamento das atividades de construção, pela organização de sessões de formação e pelo apoio às OCB.

2. Atividade 2

Dado o potencial da produção hortícola e frutícola, dos dois setores, os objetivos principais desta atividade é o reforço destas produções através do aproveitamento das capacidades das mulheres, dos jovens e das OCB.

Para o desenvolvimento do potencial hortofrutícola destes setores será realizado:

- 2.1. Um programa de formação em horticultura e fruticultura;
- 2.2. Formação profissional de jovens técnicos/as agrícolas;
- 2.3. Aprovisionamento de fatores de produção;
- 2.4. Apoio à produção de arroz;
- 2.5. Melhoramento dos sistemas tradicionais de abastecimento de água.

O papel da RA nesta atividade passa pela aquisição dos “materiais, apoio e acompanhamento das iniciativas e das organizações comunitárias de modo permanente no terreno e estabelecimento de contactos, seleção de fornecedores e organização de atividades de formação.” (ACEP & RA 2009, p.7)

3. Atividade 3

Esta atividade pretende melhorar a capacidade de conservação e gestão dos produtos hortícolas. Um dos grandes problemas, prende-se com a conservação, armazenamento e transporte de excedentes, por isso o objetivo essencial passa por um melhoramento das infraestruturas de apoio para um melhor aproveitamento de recursos.

Para a concretização desta atividade será desenvolvido um programa de formação em conservação hortícola e frutícola e a organização e colocação em funcionamento de uma unidade de transformação agroalimentar.

A RA, tal como nas atividades anteriores, será responsável pela “aquisição e distribuição de materiais de apoio, organização de sessões de formação e acompanhamento

das OCB. A qualidade da produção passará, também, a ser verificada por esta ONG.” (ACEP & RA 2009, p.9)

4. Atividade 4

A comercialização dos produtos continua a ser um problema destes setores. Com esta atividade espera-se impulsionar a comercialização dos produtos, criando “um sistema de transporte que permita abastecer mercados na região de Quinara e no Setor Autónomo de Bissau.” (ACEP & RA 2009, p.9)

A comercialização só pode ser feita se existir uma boa estrutura de armazenamento e conservação por isso, é essencial a criação de infraestruturas que possibilitem o armazenamento dos produtos antes de serem transportados para os diversos mercados.

Assim sendo, esta atividade terá com pontos orientadores:

- 4.1. O apoio à distribuição e comercialização dos produtos para mercados locais;
- 4.2. Criação de uma loja e armazém comunitário;

A RA juntamente com a ACEP será corresponsável por toda a atividade de apoio e seleção dos equipamentos. A RA é responsável pela “supervisão dos veículos de transportes e pelo apoio à sua manutenção”. (ACEP & RA 2009, p.9)

Para todas as atividades enunciadas esperam-se um conjunto de resultados, que podem ser resumidos na seguinte tabela:

Resultados Esperados	Actividade 1	Actividade 2	Actividade 3	Actividade 4
Fortalecimento das capacidades das organizações comunitárias de base (OCB) e dos seus membros	x			
Formar 100 membros das OCB em áreas diversificadas, tais como: animação comunitária, gestão e organização de actividades produtivas, organização da comercialização, armazenamento e qualidade e em contabilidade básica	x			
Alfabetização funcional das mulheres e jovens membros das associações	x			
40 Mulheres e jovens membro das associações alfabetizados. Este plano de alfabetização incluíra uma componente de educação alimentar e cuidados básicos de saúde	x			
Construção de um espaço comunitário devidamente equipado, com espaço para formação e escritórios de apoio às OCB. Este espaço irá possibilitar às associações ter um ambiente apropriado para formação, trabalho, armazenamento de produtos, comercialização, reuniões, etc.	x			
Reforçar a capacidade de produção hortícola e frutícola		x		
Formar 25 mulheres e jovens em fruticultura;		x		
Melhorar os poços tradicionais de abastecimento de águas em Tite e Falacunda		x		
Distribuir 23 kits de sementes aos agrupamentos e associações		x		
Distribuir 6900 enxertos frutícolas		x		
Entregar 23 kits de instrumentos de trabalho a 23 associações		x		
O impulsionamento das capacidades de transformação de produtos			x	
Formação de mulheres em transformação de produtos hortícolas e frutícolas			x	
Criação e colocação em funcionamento de uma unidade de transformação e conservação de produtos hortícolas e frutícolas			x	
Disponibilizar uma moto e uma canoa para transporte de produtos				x
Organizar o sistema de comercialização e distribuição de produtos				x
Construir, no Centro Comunitário, um armazém e loja comunitária				x

Quadro 1 – Resultados esperados

(Fonte: ACEP & RA, 2009)

Atividades desenvolvidas

2.2.1. 1.º Ano de atividade (janeiro de 2008 a dezembro de 2008)

Actividades	1º ano												2º ano											
	J	F	M	A	M	J	J	A	S	O	N	D	J	F	M	A	M	J	J	A	S	O	N	D
Resultado 1 - Reforço das capacidades institucionais das organizações comunitárias de base e de dinamização de iniciativas económicas																								
A 1.1 - Preparação e realização do programa de formação de líderes associativos									X	X	X													
A 1.2 - Alfabetização funcional das mulheres e jovens membro das associações e agrupamentos de base				X	X	X	X	X	X	X	X													
A 1.3 - Construção de Centro comunitário				X	X	X	X	X	X	X	X													
Resultado 2 - Reforço das iniciativas locais de carácter económico dessas organizações e dos seus membros através da diversificação e aumento das produções hortícolas e frutícolas																								
A 2.1 - Programa de formação em horticultura e fruticultura				X	X	X	X																	
A 2.2 - Aprovisionamento de factores de produção					X	X		X	X															
A 2.3 -Obras de melhoramentos dos sistemas tradicionais de abastecimento de água							X	X	X	X														
Resultado 3 - Reforço dos sistemas locais de conservação e transformação artesanal das produções																								
A 3.1 - Programa de formação em transformação																								
A 3.2 - Organização e funcionamento de unidade de transformação agro-alimentar																								
Resultado 4 - Melhoria dos sistemas de apoio à comercialização das produções locais																								
A 4.1 - Organização e funcionamento de sistema de apoio à distribuição e comercialização dos produtos para os mercados locais																				X	X	X		
A 4.2 - Loja e armazém comunitário (construção)					X	X		X	X	X														
A 4.3 - Loja e armazém comunitário (utilização)																				X	X			

Quadro 2 – Atividades desenvolvidas no 1.º ano do projeto

(Fonte: ACEP & RA, 2009)

Relativamente à **Atividade 1**, e no que toca ao programa de formação de líderes associativos, decidiu-se optar por um plano de formação tendencialmente mais prático, onde os participantes poderiam ter um maior contacto com iniciativas locais, apreendendo as técnicas de dinamização socioeconómicas já utilizadas em contextos semelhantes. Decidiu-se optar por um plano de formação baseado no intercâmbio de experiências de

práticas, englobando assim as regiões de Quinara, Tombali, Buba e Iemberem. (ACEP & RA 2009, p.13)

No que toca à formação em gestão e organização da produção, esta foi incluída no plano de intercâmbio desenhado para o programa de formação de líderes associativos. Novamente focou-se o carácter prático dos saber a adquirir, de modo a garantir que os membros das diversas associações ganhassem competências básicas e conhecimentos chave associados à produção hortofrutícola. As questões essenciais abordadas foram a organização e gestão do trabalho, formas de produção e gestão de recursos. (ACEP & RA 2009, p.15)

O número de associações envolvidas e de participantes pode ser resumido nos seguintes quadros, englobados do 1.º Relatório Intercalar do Projeto:

QUADRO SÍNTESE	
Área de Formação	Associativismo e organização comunitária
Competências-chave	Organização das comunidades, dinamização de grupos comunitários, organização de actividades de desenvolvimento comunitário
Nº de Horas de Formação	12
Nº de Formandos	16
Nº de Associações e grupos	15

Quadro 3 - Formação em associativismo e organização comunitária

(Fonte: ACEP & RA, 2009)

QUADRO SÍNTESE	
Área de Formação	Gestão e organização da produção
Competências-chave	Práticas de organização da produção em grupo, produção hortícola e frutícola, associações e dinamização económica.
Nº de Horas de Formação	12
Nº de Formandos	17
Nº de Associações	15

Quadro 4 – Formação em gestão e organização da produção

(Fonte: ACEP & RA, 2009)

Ainda na atividade 1, sobre a alfabetização de mulheres e jovens, foram alfabetizadas 118 mulheres de 5 tabancas dos setores de Tite e Falacunda no primeiro ano do projeto. Para o processo de alfabetização foram disponibilizados materiais (cadernos, manuais, etc.)

e os horários de formação foram acordados com as mulheres envolvidas, uma vez que o volume de trabalho a que estas estão sujeitas variam ao longo do ano de acordo com o ciclo agrícola). (ACEP & RA 2009, p.16)

Os resultados deste programa de alfabetização podem ser resumidos no quadro seguinte:

Comunidades		Associações	Nº de Benef. directos	Beneficiários indirectos ¹
1	Tite	Associação Para Ka Tem	20	200
2	Foia	Agrupamento de mulheres de Foia	20	200
3	Enxudé	Agrupamento de mulheres de Enxudé	15	150
4	Fulacunda	Associação N'Nafi	43	430
5	Cubambol	Agrupamento de mulheres de Cubambol	20	200
TOTAL			118	1180

Quadro 5 – Alfabetização de mulheres em Tite e Falacunda

(Fonte: ACEP & RA, 2009)

Para finalizar a Atividade 1, resta descrever o desenvolvimento da construção do centro comunitário. A construção do centro comunitário foi terminada ainda no primeiro ano do projeto e, foi levada a cabo por uma empresa local, num terreno cedido pela administração do Setor, no centro de Tite. Diversos grupos informais participaram com o seu trabalho mas, também com o fornecimento de blocos e a Associação Para Ka Tem, em conjunto com os parceiros, acompanhou toda a obra de modo a que estivessem garantidos os prazos de execução.

Este Centro Comunitário foi equipado com painéis dólares, equipamento informático (computador, impressora e fotocopiadora, televisão, vídeo e DVD), mobiliário de escritório, loja comunitária e sala comunitária com as respetivas mesas, cadeiras e estantes.

A associação Para Ka Tem, com o apoio de parceiros, tem sido a responsável pela gestão do Centro Comunitário. A sua principal função passa pela criação de um “sistema de utilização adequado e a sua limpeza e manutenção”. (ACEP & RA 2009, p.18)

As valências do Centro Comunitário podem ser descritas no quadro seguinte:

Comunidades		Associações	Nº de Benef. directos	Benef. indirectos
1	Tite	Para Ka tem e	46	
2	Iussi	Grupo de mulheres	36	
3	Ponta Sadjá	Grupo de mulheres	14	
4	Quidanghol	Grupo de mulheres	16	
5	Djabada Porto	Grupo de mulheres	70	
6	Djufa	Grupo de mulheres	48	
7	Djabada Beafada	Grupo de mulheres	67	
8	Enxudé	Grupo de mulheres	15	
9	Na-Balanta	Grupo de mulheres	34	
10	Foia/Ponta Nova	Grupo de mulheres	27	
População de Tite ²			--	15073
População de Fulacunda ³			--	7656
TOTAL			373	22729

Quadro 5 – Comunidades e grupos abrangidos pelas infraestruturas comunitárias construídas

(Fonte: ACEP & RA, 2009)

A **Atividade 2** apresentou os seguintes resultados no primeiro ano do projeto:

Relativamente ao programa de formação em horticultura e fruticultura realizou-se ações de formação no mês de maio de 2008, nos Setores em questão. A formação focou principalmente uma componente prática focalizada nas culturas já localmente produzidas. Foram escolhidos alguns grupos comunitários – 3 associações em Falacunda e 7 em Tite – e o público-alvo foi sobretudo mulheres e jovens membros dessas associações. (ACEP & RA 2009, p.20)

A atividade frutícola, como ainda está pouco desenvolvida, teve uma componente teórica e prática ao nível dos conhecimentos básicos para o desenvolvimento desta atividade.

O programa de formação teve os seguintes intervenientes:

QUADRO SÍNTESE	
Área de Formação	Horticultura e Fruticultura
Competências-chave	Práticas de cultivo de hortícolas, controlo e combate de pragas, adubação e rega. Instalação de pomares, preparação de terrenos, rega, cultivo, poda, adubação.
Nº de Horas de Formação	60
Nº de Formandos	32+30
Nº de Associações	3+7

Quadro 7 – Programa e formação em horticultura e fruticultura

(Fonte: (ACEP & RA, 2009)

O aprovisionamento de fatores de produção realizou-se através da disponibilização de sementes, estacas e instrumentos agrícolas, adubos e material fitossanitário, para entregar aos vários grupos de envolvidos nas atividades hortofrutícolas, nos campos comunitários.

Foi adquirido, no mercado local, um conjunto de produtos tendo em conta as características dos solos e do clima, que pode ser descrito nas tabelas seguintes:

Tipos de sementes		Quantidades distribuídas (em embalagens)	
		Tite	Fulacunda
1	Tomate Roma	30	20
2	Tomate	4	4
3	Cebola gomo	35	15
4	Cebola grano	4	2
5	Repolho	30	20
6	Repolho mc	8	4
7	Alface	14	9
8	Candja	12	5
9	Pimentão	38	
10	Djagatu	87	13
11	Beringela	8	4
12	Nabo	16	7
13	Cenoura	6	4
14	Cenoura NK	4	2
15	Pimenta	44	10
16	Pimenta Yellow		12
17	Malagueta	14	6
18	Pune comum	6	2
19	Arroz	450	200
TOTAL		360	139

Quadro 7 – Tipos e quantidades de sementes distribuídas

Fonte: (ACEP & RA, 2009)

Das 499 unidades de sementes adquiridas, 360 unidades foram atribuídas a 7 grupos da região de Tite que estão responsáveis pela dinamização de campos comunitários no Setor. As restantes 139 unidades foram atribuídas a 3 grupos da região de Falacunda que estão a promover campos comunitários no Setor.

No global foram abrangidos, por este programa de aprovisionamento, 10 grupos e 430 mulheres, 253 no Setor de Tite e 177 no Setor de Falacunda.

Relativamente às sementes de arroz, estas constituem um passo muito importante para inverter a evolução negativa de produção deste cereal nos dois Setores. Foram distribuídas 650 unidades de sementes – 450 unidades em Tite e 200 em Falacunda. (ACEP & RA 2009, p.22)

No global foram adquiridas 2200 estacas, 800 estacas com o apoio do IPAD e 1400 com o apoio de parceiros, de 3 variedades de plantas para serem aplicados em 10 campos comunitários, onde não existia cultivo frutícola, de modo a perceber a evolução das novas espécies nos terrenos em questão. (ACEP & RA 2009, p.22)

Tipos de estacas		Quantidades distribuídas	
		Tite	Falacunda
1	Citrinos (laranja e limão)	600	200
2	Mangueiras	200	200
3	Bananeiras	600	400
TOTAL		1400	800

Quadro 9 – Tipos e quantidades de estacas distribuídas

Fonte: (ACEP & RA, 2009)

Ainda foram distribuídos 150 kits de material agrícola, correspondendo a 940 instrumentos no total, pelas diversas associações e grupos comunitários de Tite e Falacunda – no total de 10 grupos que reúnem 430 mulheres. (ACEP & RA 2009, p.23)

Tipos de instrumentos		Quantidades distribuídas	
		Tite	Fulacunda
1	Enxadas	100	50
2	Catanas	100	50
3	Regadores	100	50
4	Baldes (10L)	100	50
5	Garfos	100	50
6	Alguidares (20L)	60	40
7	Carrinhos de mão	19	11
8	Pares de luvas	26	14
9	Pares de galochas	10	10
TOTAL		615	325

Quadro 8 – Tipos e quantidades de instrumentos agrícolas distribuídos

(Fonte: (ACEP & RA, 2009)

A atividade 2 também contemplava um programa de melhoramento do abastecimento tradicional de água. Assim sendo, foram construídos, no primeiro ano do projeto, 6 poços tradicionais melhorados – 4 em Tite e 2 em Falacunda – para abastecerem os campos comunitários destes Setores mas também para o consumo humano. (ACEP & RA 2009, p.23)

Os resultados deste programa podem ser evidenciados no quadro seguinte:

Comunidades	Associações	Nº de Benef. directos	Beneficiários indirectos	
1	Tite	Para Ka Tem	46	15073
2	Fulacunda	N'nhafi	120	7656
TOTAL			166	22729

Quadro 9 – Comunidades abrangidas pelos poços comunitários

(Fonte: ACEP & RA, 2009)

Relativamente à **atividade 3**, dado que as atividades estão planeadas apenas para o segundo ano do projeto, neste primeiro relatório ainda não era possível avaliar esta atividade.

Assim, passo para a avaliação da **Atividade 4** cujo objetivo principal é a criação de um sistema de “escoamento e transporte dos produtos para os mercados, mas também a criação progressiva de uma carteira de clientes de maior dimensão (...) que permita aos

grupos de mulheres dispor de maior segurança e previsibilidade ao nível do acesso ao rendimento proveniente das suas atividades agrícolas.”(ACEP & RA 2009, p.24)

Para dar cumprimento ao objetivo principal, no programa de apoio à distribuição e comercialização dos produtos para os mercados, foi construída uma canoa com motor de sete toneladas, com capacidade para transporte de 50 pessoas e, que entrou em funcionamento ainda durante o primeiro ano de atividade do projeto. O tempo de percurso entre Tite e Bissau reduziu em 5 horas, uma vez que o caminho por terra demora aproximadamente 6 horas e agora com este auxílio o percurso faz-se em 1 hora. (ACEP & RA 2009, p.25)

A gestão deste novo meio de transporte é feita pela associação Para Ka Tem, que cobra uma taxa de utilização. Os rendimentos obtidos são uma fonte primordial para o pagamento de combustível e manutenção.

Para o apoio ao trabalho das associações de Tite e Falacunda, foram adquiridas 2 motorizadas que permitem “as deslocações de animadores às tabancas, deslocações entre Tite e Falacunda e o apoio à organização dos sistemas locais de transporte de produtos.” (ACEP & RA 2009, p.25)

O quadro seguinte exemplifica o conjunto de beneficiários abrangidos pelo sistema de transporte criado:

	Comunidades	Associações	Benef directos	Benef. indirectos
1	Tite	Para Ka tem e	46	
2	Iussi	Grupo de mulheres	36	
3	Ponta Sadjá	Grupo de mulheres	14	
4	Quidanghol	Grupo de mulheres	16	
5	Djabada Porto	Grupo de mulheres	70	
6	Djufa	Grupo de mulheres	48	
7	Djabada Beafada	Grupo de mulheres	67	
8	Enxudé	Grupo de mulheres	15	
9	Na-Balanta	Grupo de mulheres	34	
10	Foia/Ponta Nova	Grupo de mulheres	27	
11	Pop. Sector Tite	--	--	15073
12	Pop. Sector Fulacunda	--	--	7656
TOTAL			373	22729

Quadro 10 – Comunidade e grupos abrangidos pelo sistema de transporte de pessoas e produtos

(Fonte: (ACEP & RA, 2009)

Para finalizar a quarta, e última atividade, falta enumerar os resultados obtidos com a Loja e o Armazém Comunitário. A Loja entrou em funcionamento no primeiro ano do projeto e serve toda a comunidade de Tite, tendo diversos artigos sobretudo alimentares.

2.2.1.1. Conclusões para o 1.º Ano de atividade:

Segundo o relatório para o 1.º ano de atividade do projeto em causa, todas as atividades previstas foram realizadas, no entanto houve pequenas alterações. Por exemplo, ao nível das formações, estas tomaram um contorno mais prático e não a tradicional forma de formação em sala de aula.

A segunda alteração refere-se à introdução de sementes de arroz, por indicação do agrónomo consultor, que considerou ser uma boa escolha, dadas as características dos solos e do clima. A terceira, e última, alteração trata da construção de um *djemberem* (espaço exterior de reuniões) em Falacunda que pudesse melhorar as condições em que se processam as atividades de formação, alfabetização e dinamização de grupos e da comunidade.

O primeiro ano de implementação do projeto “Reforço das Capacidades Comunitárias e das Suas Iniciativas de Apoio às Atividades de produção, transformação e comercialização nos setores de Tite e Falacunda, serviu para criar as condições base para o reforço das capacidades das associações comunitárias e grupos desses setores.

Este projeto realça o papel fundamental que as organizações locais, nomeadamente as agrícolas, têm no processo de desenvolvimento local. A sua participação é essencial para, não só puderem adquirir o apoio às suas próprias iniciativas, mas também contribuindo para o projeto, dando informações sobre as suas reais necessidades e sobre a realidade vivida no terreno e as principais dificuldades pelas quais passam.

Não é apenas um programa de impulsionamento da atividade agrícola. É um projeto bidirecional em que são concedidos apoios às associações e grupos locais mas, estas também têm um papel fundamental na transmissão de conhecimentos sobre a realidade local aos responsáveis pelo projeto, de modo a que os programas possam ser adaptados às necessidades e constrangimentos.

Para além do apoio à agricultura, é prestada também atenção a outras questões, tais como: igualdade de género, segurança alimentar e sustentabilidade ambiental.

No 1.º Relatório Intercalar do Projeto foram realçados alguns pontos a promover e incentivar de modo a concretizar os objetivos do projeto:

1. Uma abordagem mais integrada das populações (saneamento básico, educação para a saúde, formação profissional de jovens)
2. O reforço das condições de segurança alimentar, incluindo com renovação das sementes e aumento da produção de arroz;
3. A melhoria da nutrição, com melhoramento da dieta a partir dos hortícolas e frutícolas agora produzidos;
4. A inserção de jovens com formação em técnicas que irão melhorar os rendimentos provenientes da agricultura;
5. A utilização de instrumentos inovadores de apoio ao desenvolvimento, em particular o recurso à rádio comunitária em Buba;
6. A articulação com o Centro de experimentação hortofrutícola de Coli, que tem sido essencial para a sensibilização para a utilização de fertilização e de combate a pragas com produtos naturais.

2.º Ano de Atividade (novembro 2009 a outubro de 2010)

Actividades	1º ano (Jan. - Dez. 2008)												2º ano (Nov.09 - Out.10)											
	J	F	M	A	M	J	J	A	S	O	N	D	N	D	J	F	M	A	M	J	J	A	S	O
Resultado 1 - Reforço das capacidades institucionais das organizações comunitárias de base e de dinamização de iniciativas económicas																								
A 1.1 - Programa de formação de líderes associativos	X	X		X	X								X		X	X			X	X		X	X	
A 1.2 - Alfabetização funcional das mulheres e jovens membro das associações e agrupamentos de base					X	X	X	X	X	X							X	X	X	X	X	X	X	
A 1.3 – Programa de sensibilização e formação para os cuidados básicos de saúde e nutrição															X	X		X		X		X	X	
A 1.4 - Construção de centro comunitário				X	X	X		X	X	X	X													
A 1.5 – Concepção e difusão de programas de rádio sobre os temas do projecto															X	X		X		X		X	X	
A 1.6 – Realização de um estudo sócio-económico das comunidades de Tite e Fulacunda ¹													X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	
Resultado 2 - Reforço das iniciativas locais de carácter económico dessas organizações e dos seus membros através da diversificação e aumento das produções hortícolas e frutícolas																								
A 2.1 – Programa de formação em horticultura e fruticultura			X	X	X																			
A 2.2 – Formação profissional de jovens técnicos/as agrícolas													X	X	X			X	X	X				
A 2.3 – Aprovisionamento de factores de produção						X	X		X	X														
A 2.4 – Apoio à produção de arroz													X	X				X	X	X				
A 2.5 – Obras de melhoramentos dos sistemas tradicionais de abastecimento de água	X	X	X																					
Resultado 3 - Reforço dos sistemas locais de conservação e transformação artesanal das produções																								
A 3.1 - Programa de formação em transformação																X	X	X						
A 3.2 - Organização e funcionamento de unidade de transformação agro-alimentar																		X	X	X	X	X	X	
Resultado 4 - Melhoria dos sistemas de apoio à comercialização das produções locais																								
A 4.1 - Organização e funcionamento de sistema de apoio à distribuição e comercialização dos produtos para os mercados locais												X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	
A 4.2 - Loja e armazém comunitário (construção)				X	X		X	X	X	X														
A 4.3 - Loja e armazém comunitário (utilização)												X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	

Quadro 12 – Cronograma de atividades aprovado

(Fonte: ACEP & RA, 2009)

Atividade 1 – Reforço das Capacidades das OCB de Tite e Falacunda

O programa de formação, previsto para o projeto, previa o ensinamento de conhecimentos em diversas áreas: associativismo e organização comunitária, gestão e

organização da produção, contabilidade básica, organização da comercialização, armazenamento e qualidade. Assim, na segunda fase do projeto decidiu-se levar a cabo formações em contabilidade básica, de modo a que as associações pudessem implementar um regime de contabilidade simplificada para melhor gestão dos seus recursos financeiros.

Esta formação foi previamente delineada, tendo sido realizadas visitas prévias ao local de modo a perceber as reais necessidades e dificuldades de cada associação de cada Setor. Percebidas as dificuldades – fracas habilitações e sistemas de contabilidade ultrapassados – no final da formação os participantes estavam habilitados a utilizar um sistema mais atualizado. (ACEP & RA 2010, p.14)

Nesta formação participaram oito associações num total de 20 pessoas, tal como exemplificado pelo quadro seguinte:

QUADRO SÍNTESE	
Área de Formação	Contabilidade básica
Datas da formação	18 a 25 de Março de 2010
Competências-chave	Técnicas de contabilidade, gestão de recursos para pequenos negócios
Nº de Horas de Formação	7h x 5 dias = 35h
Formador	Cipiriano Bassanguê
Nº de Formandos/as	20 pessoas (10 de Tite e 10 de Fulacunda) Tite: 8 mulheres e 2 homens Fulacunda: 7 mulheres e 3 homens
Nº de Associações e grupos	8 associações Tite: Para Ka Tem, Iussi, Foia, Enxudé e Erga Fulacunda: AJAUDEF – Associação de Jovens e Amigos Unidos para Desenvolvimento de Fulacunda, Cubambol, N'Ban

Quadro 12 – Formação em contabilidade básica

(Fonte: ACEP & RA, 2010)

Na segunda fase do projeto foi, também, realizada formação em organização da comercialização, armazenamento e qualidade. Nesta formação, foram transmitidos conhecimentos não só em comercialização e armazenamento mas também em apresentação, venda e qualidade dos produtos.

Relacionado com a qualidade, foram abordados vários aspetos relacionados com a importância das condições de higiene dos equipamentos, instalações e dos operadores na garantia de produtos alimentares seguros e de qualidade. Ainda foram focadas as questões ligadas ao armazenamento, como por exemplo a rotulagem de produtos, inserção de datas de validade, entre outros. (ACEP & RA 2010, p.15)

Os resultados deste programa de formação são descritos na seguinte tabela:

QUADRO SÍNTESE	
Área de Formação	Comercialização, armazenamento e qualidade
Datas da formação	2 a 6 de Agosto de 2010
Competências-chave	Melhoramento da distribuição e comercialização dos produtos, através do sistema de embalagem e de escoamento dos produtos
Nº de Horas de Formação	4h x 5 dias = 20h (manhãs)
Formador	Ivo Rodrigues (Formador Expatriado - Portugal)
Nº de Formandos/as	42 pessoas Tite: 14 mulheres e 2 homens Fulacunda: 15 mulheres e 4 homens Buba: 5 mulheres e 2 irmãs franciscanas da Missão Católica
Nº de Associações e grupos	Tite: Associação Para Ka Tem e grupos de mulheres e jovens de lussi, Foia, Enxudé e Erga Fulacunda: AJAUDEF – Associação de Jovens e Amigos Unidos para Desenvolvimento de Fulacunda, Cubambol, N'Ban Buba: Missão Católica de Buba e diversos grupos de mulheres de Buba (Alto, Nema, Bubacalhau, Badia e Sintchã Tchernó)

Quadro 13 – Formação em organização da comercialização, armazenamento e qualidade

(Fonte: ACEP & RA, 2010)

Relativamente ao programa de alfabetização, foi dada continuidade ao mesmo na segunda fase do projeto. No segundo ano, “foram alfabetizadas 136 mulheres de 5 tabancas dos Setores de Tite e Falacunda” e a alfabetização foi desenvolvida nos mesmos moldes que foi feita no primeiro ano. (ACEP & RA 2010, p.16)

O programa de formação foi coordenado pela RA e implementado ao nível local pelas organizações comunitárias de base descritas na tabela seguinte.

Sector	Associações / Grupos de mulheres	Nº de beneficiárias directas	Beneficiários Indirectos (= agregado familiar)	
1	Fulacunda	AJAUDEF – Associação de Jovens e Amigos Unidos para Desenvolvimento de Fulacunda	45	45x15 = 675 pessoas
2		Agrupamento de mulheres de Cubambol	40	40x15 = 600 pessoas
3	Tite	Associação Para Ka Tem	17	17x15= 255 pessoas
4		Grupo de mulheres e jovens de Enxudé	20	20x15= 300 pessoas
5		Grupo de mulheres e jovens de Foia	14	14x15 = 210 pessoas
TOTAL			136	2.040

Quadro 14 – Alfabetização de mulheres em Tite e em Falacunda

(Fonte: ACEP & RA, 2010)

Foi ainda desenvolvido, no âmbito da Atividade 1, um programa de “sensibilização e formação com objetivo de capacitar os membros das organizações comunitárias de base em práticas nutricionalmente adequadas e em cuidados básicos de saúde”, dadas as elevadas deficiências registadas ao nível alimentar e constatadas no primeiro ano do projeto. (ACEP & RA 2010, pp.16-17)

Este programa de formação foi levado a cabo por um médico, cuja área de trabalho são os Setores de Tite e Falacunda e que, por isso, possui elevados conhecimentos sobre as características destes setores.

Na formação foram focados aspetos relacionados com a alimentação, higiene, cuidados básicos de saúde e prevenção de doenças (HIV, paludismo, etc.), e teve a participação de 262 pessoas em Falacunda e 272 em Tite. (ACEP & RA 2010, p.17)

Inserido no 2.º Relatório do Projeto, apresenta-se o quadro síntese do programa:

QUADRO SÍNTESE	
Área de Formação	Cuidados básicos de saúde e alimentação
Datas da formação	18 a 25 de Março de 2010
Competências-chave	Cuidados de saúde básicos, alimentação e higiene
Nº de Horas de Formação	40h
Formador	Dr. Wilson Lautero
Nº de Formandas	14 mulheres
Nº de Associações e grupos	Grupos de mulheres e jovens de Tite, Bissassema, Salanca, Enxudé, Djabada Porto, Miningue e Erga, Falacunda, Cubambol, M'Bam

Quadro 15 – Formação em cuidados básicos de saúde e nutrição

(Fonte: ACEP & RA, 2010)

No que concerne ao Centro Comunitário este entrou em pleno funcionamento ainda no primeiro ano do projeto. A associação Para Ka Tem, com o apoio da RA, tem sido responsável pelo funcionamento suas infraestruturas, a sua manutenção e exploração.

A sala polivalente do centro comunitário tem servido para inúmeras atividades de animação e o djemberem em Falacunda tem servido para a realização de aulas e também com jardim-escola para 60 crianças. (ACEP & RA 2010, p.18)

O número de beneficiários do Centro Comunitário ultrapassou os 15.000 indivíduos, distribuídos pelas seguintes regiões:

	Comunidades	Associações/ Grupos	Nº de Benef. directas
1	Tite	Para Ka Tem	56
2	Iussi	Grupo de mulheres e jovens	84
3	Ponta Sadjá	Grupo de mulheres e jovens	20
4	Quidanghol	Grupo de mulheres e jovens	20
5	Djabada Porto	Grupo de mulheres e jovens	100
6	Djufa	Grupo de mulheres e jovens	48
7	Djabada Beafada	Grupo de mulheres e jovens	69
8	Enxudé	Grupo de mulheres e jovens	36
9	Nã-Balanta	Grupo de mulheres e jovens	50
10	Foia/Ponta Nova	Grupo de mulheres e jovens	27
11	Erga	Grupo de mulheres e jovens	20
12	Miningue	Grupo de mulheres e jovens	20
13	Salanca	Grupo de mulheres e jovens	20
14	Bissassema	Grupo de mulheres e jovens	20
TOTAL Beneficiários/as Directos/as			590
TOTAL Beneficiários/as Indirectos/as (População de Tite²)			15.073

Quadro 16 – Comunidades (Fonte: ACEP & RA, 2010)

(Fonte: ACEP & RA, 2010)

Na Atividade 1 foram incluídas nos programas, sobretudo de formação, algumas rádios locais. No 2.º ano do projeto, uma rádio comunitária cobriu e difundiu 8 programas baseados nas coberturas das ações de formação e transmitiu também informações sobre as diversas atividades do projeto que pudessem interessar às diversas OCB indiretamente envolvidas. (ACEP & RA 2010, p.19)

Aspetos relacionados com os cuidados básicos de saúde, higiene, formação profissional de jovens técnicos agrícolas, transformação de legumes e frutas, etc., foram alguns dos diversos temas abordados nos diversos programas transmitidos.

Ainda na Atividade 1, foi elaborado um estudo socioeconómico das regiões de Tite e Falacunda com o objetivo de aumentar o conhecimento sobre a realidade económica e social da população e das infraestruturas existentes.

Os dados, obtidos através de um questionário aplicado a 18 tabancas, foram analisados e sistematizados pela ACEP e pela RA, durante o 2.º ano de implementação do projeto.

Atividade 2 – Reforço das atividades de horticultura e fruticultura dos setores de Tite e Falacunda

Relativamente à Atividade 2, foi realizado o programa de formação profissional de jovens técnicos/as agrícolas.

A formação centrou-se sobretudo na produção orzícola uma vez que, o arroz detém uma grande importância estratégica para os dois Setores envolvidos. A formação pretendeu divulgar/ensinar técnicas e práticas de cultivo de modo a melhorar a quantidade e a qualidade das produções.

A formação teve cerca de 35 participantes e uma duração de 70 horas e, o acompanhamento pós-formação foi feito, pelo engenheiro agrónomo responsável durante 6 meses (desde o início do cultivo até à apanha do arroz). (ACEP & RA 2010, p.21)

No 2.º ano do projeto, deu-se continuidade ao aprovisionamento de fatores de produção (sementes e estacas) sempre sob a orientação de um técnico de agronomia, que considerou as características dos solos e do clima para a escolha dos produtos.

Foram adquiridas 13 tipos de sementes que foram disponibilizadas a 8 grupos que se encontram a dinamizar campos comunitários. Em Tite foram apoiados 5 grupos que representam 1279 mulheres e em Falacunda foram apoiados 3 grupos que representam 262 mulheres. (ACEP & RA 2010, p.22)

Foram ainda adquiridos materiais adicionais tais como adubos, pesticidas e material de apoio (pulverizadores, máscaras e luvas) para combater um conjunto de pragas que, são as maiores responsáveis pelo insucesso das produções.

No que concerne à produção frutícola, procedeu-se à aquisição de 2499 estacas, com o apoio do IPAD e de parceiros, de acordo com as variedades descritas com quadro seguinte e, que foram distribuídas por 4 agrupamentos de mulheres – 1 em Tite e 3 em Falacunda – que estão a dinamizar 4 campos comunitários. (ACEP & RA 2010, p.23)

Tipos de estacas		Quantidades distribuídas	
		Tite	Falacunda
1	Citrinos (laranja e limão)	172	753
2	Mangueiras	365	505
3	Bananeiras	155	549
TOTAL		692	1807

Quadro 17 – tipos e quantidades de estacas distribuídas

(Fonte: ACEP & RA, 2010)

Foi ainda dada continuidade à compra de material agrícola de apoio, num total de 940 instrumentos distribuídos por 9 grupos comunitários no Setor de Tite e de Falacunda que congregam cerca de 570 mulheres. (ACEP & RA 2010, p.23)

Mais uma vez a compra dos materiais baseou-se na opinião de um técnico de agronomia que teve em conta as necessidades relatadas pelos grupos:

Tipos de instrumentos		Quantidades distribuídas	
		Tite	Falacunda
1	Enxadas	100	50
2	Catanas	100	50
3	Regadores	100	50
4	Baldes (10L)	100	50
5	Garfos	100	50
6	Alguidares (20L)	50	50
7	Carrinhos de mão	15	15
8	Pares de luvas	20	20
9	Pares de galochas	10	10
TOTAL		595	345

Quadro 18 – tipos e quantidades de instrumentos agrícolas distribuídos

(Fonte: ACEP & RA, 2010)

Ainda sobre a Atividade 2, foi dado um novo impulso à produção de arroz porque a produção levada a cabo no 1.º ano sofrem alguns problemas, assim foram adquiridos mais 5634 quilos de novas sementes, que foram distribuídas por grupos em Tite e Falacunda. (ACEP & RA 2010, p.24)

No segundo ano foram produzidos dois hectares de arroz, num ano em que os campos sofreram muito com inundações, tendo sido necessário construir diques mas que não impediu uma destruição parcial da produção.

No que toca ao abastecimento de água, no primeiro foram construídos alguns poços tradicionais de abastecimento por isso, no segundo ano as atividades resumiram-se à manutenção dos mesmo. É de realçar que as pessoas reconhecem a importância desses poços, por isso conservam-nos muito bem.

Atividade 3 – Promoção da conservação e transformação artesanal dos produtos agrícolas

Nesta atividade foram realizadas duas ações de formação – uma orientada para as técnicas de transformação e conservação de produtos hortofrutícolas, levada a cabo por

uma associação senegalesa muito experiente nestas temáticas, e outra ação centrada na higiene e qualidade.

É importância destas formações foi reforçada pela comparência da Ministra da Mulher, Família, Coesão Social e Luta Contra a Pobreza no encerramento da primeira ação e da Governadora da região de Quinara no encerramento da segunda ação.

QUADRO SÍNTESE	
Área de Formação	Transformação e conservação de frutas e legumes
Datas da formação	1ª acção de formação: 10 a 15 de Maio de 2010 2ª acção de formação: 2 a 6 de Agosto de 2010
Competências-chave	Seleção de produtos, formas de transformação, conservação e secagem, embalagem, higiene e qualidade.
Nº de Horas de Formação	1ª acção: 6h30 x 6 dias = 39h 2ª acção: 4h x 5 dias = 20h
Formadora	1ª acção: Fatoumata Marianne Atchikiti (Assoc. GIE JIRIBALUT - Senegal) 2ª acção: Ivo Rodrigues (Formador Expatriado - Portugal)
Nº de Formandos/as	20 pessoas (7 H e 13 M)
Nº de Associações e grupos	Associação Para Ka Tem, AJAUDEF, Grupos de mulheres e jovens de Iussi, Foia, Enxudé, Erga, Cubambol, N'Ban, Missão Católica de Buba e ONG RA

Quadro 19 – Formação em transformação hortofrutícola

(Fonte: ACEP & RA, 2010)

Para finalizar a Atividade 3 resta abordar sobre os resultados com a organização e funcionamento de unidade de transformação agroalimentar.

Logo após o término das formações anteriormente mencionadas, as mulheres envolvidas começaram a produzir compotas. Em outubro de 2010, já haviam sido produzidos 180 frascos em Tite e 250 em Falacunda e, tal como previsto, as compotas estão a ser produzidas no Centro Comunitário em Tite. Em Falacunda a produção de compotas está a ser realizada no djemberem construído. (ACEP & RA 2010, p.27)

Atividade 4 – Apoio à comercialização das produções locais

No que toca ao apoio à distribuição e comercialização dos produtos para os mercados locais, no segundo ano do projeto foram “negociados pontos de venda para as compotas: nomeadamente bancas de rua e boutiques de produtos de primeira necessidade em Tite, Falacunda, Buba e Empada e supermercados em Buba e Bissau.”(ACEP & RA 2010, p.29)

Quanto à loja e armazém comunitário, produtos de primeira necessidade são disponibilizados a toda a população de Tite, permitindo uma maior comodidade para a

população abrangida, que passa a não necessitar de percorrer maiores distâncias para obter produtos.

No segundo ano do projeto deu-se continuidade às atividades iniciadas no primeiro ano. A RA continuou a dar apoio a associação Para Ka Tem na organização dos produtos, a sua identificação e codificação.

Para finalizar, no segundo ano de implementação do projeto, foram envolvidas 23 associações e grupos distribuídos pelos Setores de Tite, Falacunda e Buba.

Sector	Associação / Grupo	Nº de mulheres	Actividades em que foram beneficiárias 2º Ano	
1	Tite	Para Ka Tem	56	1,2,3,4
2		Iussi	84	1,2,3
3		Ponta Sadjá	20	1,2
4		Quidangol	20	1,2
5		Djabada Porto	100	1,2
6		Djufa	48	1,2
7		Djabada Beafada	69	1,2
8		Enxudé	36	1,2,3
9		Na Balanta	50	1,2
10		Foia / Ponta Nova	27	1,2,3
11		Erga	20	1,2,3
12		Miningue	20	1,2
13		Salanca	20	1,2
14		Bissassema	20	1,2
15	Fulacunda	M'Bam	129	1,2,3
16		Cubambol	62	1,2,3
17		AJAUDEF	129	1,2,3
18	Buba	Alto	1	1
19		Nema	1	1
20		Bubacalhau	1	1
21		Badia	1	1
22		Sinchã Tchernó	1	1
23		Missão Católica de Buba	2	1, 3
TOTAL		830	--	

Quadro 20 – (Fonte: ACEP & RA, 2010)

2.3. Análise Global do Projeto

O sucesso de um projeto depende de muitas variáveis, algumas quantificáveis e outras de mais difícil quantificação. De qualquer modo, é extremamente importante fazer uma comparação entre aquilo que se esperava atingir no início do projeto e aquilo que foi concretizado.

Assim, apresento a tabela seguinte que resume os resultados obtidos no projeto:

	Previsto			1º ano			2º ano			TOTAL PROJECTO		
	H	M	TOTAL	H	M	TOTAL	H	M	TOTAL	H	M	TOTAL
Nº de associações/grupos envolvidos	-	-	23	-	-	12	-	-	23	-	-	23
Actividade 1 – Reforço das organizações comunitárias de Tite e Fulacunda												
Nº de acções de formação realizadas	-	-	4	-	-	2	-	-	2	-	-	4
Nº de participantes	50	50	100	16	18	34	11	51	62	27	69	96
Nº mulheres alfabetizadas	-	40	40	-	118	118	-	136	136	-	254	254
Nº programas de rádio realizados	-	-	8	-	-	-	-	-	8	-	-	8
Actividade 2 - Reforço das actividades de horticultura e fruticultura												
Nº de participantes na formação em horticultura	8	17	25	13	19	32	-	-	-	13	19	32
Nº de participantes na formação em fruticultura	8	17	25	15	15	30	-	-	-	15	15	30
Nº de participantes na formação em produção orzícola	4	4	8	-	-	-	6	28	35	6	28	35
Nº de poços construídos	-	-	2	-	-	6	-	-	-	-	-	6
Nº de kits de sementes	-	-	23	-	-	18	-	-	13	-	-	31
Nº de enxertos distribuídos	-	-	6900	-	-	2200	-	-	4699	-	-	6899
Nº de kits de instrumentos distribuídos	-	-	-	-	-	150	-	-	150	-	-	300
Actividade 3 – Promoção da conservação e transformação dos produtos agrícolas												
Nº de mulheres formadas nas técnicas de transformação agro-alimentar	-	8	-	-	-	-	7	13	20	7	13	20
Quantidade de produtos transformados	-	-	-	-	-	-	-	-	430	-	-	430
Unidades de transformação agro-alimentar em funcionamento	-	-	1	-	-	-	-	-	2	-	-	2
Actividade 4 – Apoio à comercialização das produções locais												
Nº de meios de transporte disponibilizados	-	-	2	-	-	3	-	-	-	-	-	3

Quadro 21 – resultados obtidos

(Fonte: ACEP & RA, 2010)

De todo o projeto a primeira questão a ser realçada, e que é fator de sucesso, é a necessidade de participação das organizações locais/camponesas no desenvolvimento local. Com este projeto pretendia-se incentivar as capacidades institucionais das organizações/associações/grupos locais, de modo a responder às necessidades das populações locais, promovendo um maior desenvolvimento regional. (ACEP & RA 2010, p.38)

Sendo a agricultura o sustento de muitas famílias e fator essencial para o desenvolvimento local, deu-se um maior destaque a este setor económico, não descurando de outras temáticas, como a igualdade de género, segurança alimentar, sustentabilidade ambiental, transporte e conservação de produtos, introdução de novas técnicas de produção, etc. (ACEP & RA 2010, p.39)

Todas as atividades, incluindo as ações de formação, tiveram um carácter prático muito forte e, os formandos tiveram formação em contextos semelhantes aos que habitualmente estão habituados a trabalhar e viver, o que permitiu uma maior apreensão de conhecimentos.

Ao longo dos dois períodos de intervenção, as atividades desenvolvidas estão implementadas e geridas pelas diversas organizações camponesas envolvidas. Além disso, foram diversificadas as produções locais e, também foi melhorada a sua qualidade e quantidade, permitindo resolver alguns problemas, sobretudo no que toca à segurança alimentar.

Por fim, no âmbito deste projeto, foram também criadas condições para o transporte de produtos entre Tite e Bissau, permitindo um maior e mais rápido escoamento de produtos, chegando a um mercado muito maior – a capital Bissau.

Para terminar o projeto, resta afirmar que a implementação de todas as atividades do projeto só foram possíveis graças ao papel dinamizador das mulheres – público-alvo deste projeto – uma vez que estas são as que desempenham a maior parte do trabalho agrícola e também são elas que se responsabilizam pelos cuidados familiares. (ACEP & RA 2010, p.40)

VI. Análise e Conclusões Finais

1. Análise:

O objetivo desta dissertação era explorar o conceito de CDD e apresentar um caso prático que pudesse confirmar toda a informação reunida nos diversos capítulos deste trabalho. Assim, o Capítulo V é a concretização do objetivo desta dissertação uma vez que, neste é descrito o trabalho de um ator local na realização de um projeto local.

Depois de apresentar um conjunto diversificado de conceitos ao longo dos primeiros capítulos, como é se pode relacionar os conceitos com os resultados do projeto levado a cabo? Será que os objetivos gerais da CDD, e que estão patentes nas declarações internacionais, são concretizados neste “pequeno” projeto?

Passar de uma abordagem geral, onde estão definidos conceitos, princípios e objetivos gerais da CDD, para uma abordagem local, onde estão patentes resultados reais, não é uma tarefa fácil. No entanto é o que me proponho a fazer neste capítulo.

Para isso, transcrevi do capítulo II a definição de CDD - *“Uma nova forma de cooperação que procura estabelecer relações diretas com órgãos de representação local e estimular as suas próprias capacidades para desenhar e levar a cabo iniciativas com a participação direta de grupos de população interessados, tendo em conta os seus interesses e os seus pontos de vista.”*(Conselho da União Europeia 1998, p.1).

Tendo esta definição por base pretendo perceber se os resultados alcançados comprovam esta definição.

- *“Uma nova forma de cooperação que procura estabelecer relações diretas com órgãos de representação local (...)”*

O projeto foi desenvolvido com a parceria de duas ONG – ACEP e RA – e financiado pelo IPAD, uma instituição governamental. Ou seja, estabeleceu-se uma relação direta entre o Instituto Português de Apoio ao Desenvolvimento e as ONG em causa para levar a cabo um projeto local. Com isto, o IPAD garantiu que no local pudessem operar

organizações com um conhecimento mais verdadeiro da realidade, podendo implementar com mais facilidade os objetivos que foram propostos atingir.

- “(...) *estimular as suas próprias capacidades para desenhar e levar a cabo iniciativas*”

Os objetivos propostos inicialmente foram delineados e ponderados pelas organizações envolvidas. A RA, porque tem um maior conhecimento das características do terreno e da população abrangida, consegue desenvolver e implementar, mais eficazmente, um projeto deste nível que tem várias vertentes: a) formação dos membros de organizações locais, grupos de mulheres, etc. e b) fornecimento de materiais de trabalho.

A organização local teve de ter capacidade para dinamizar todas as atividades que, sendo muito diversificadas, exigiram de uma instituição internacional uma grande mobilização de pessoas e equipamentos. O funcionamento da Rede Ajuda no local de intervenção tornou mais fácil a gestão de todas as atividades a desenvolver conseguindo chegar mais próximo dos envolvidos nas diversas frentes de trabalho.

- *(...) com a participação direta de grupos de população interessados, tendo em conta os seus interesses e os seus pontos de vista.*”

O sucesso deste projeto só foi possível graças à participação de um conjunto diversificado de organizações de camponeses de Tite e Falcunda mas, também de diversos grupos de mulheres e jovens.

Só a participação das muitas organizações locais poderia tornar este projeto num caso de sucesso uma vez que o objetivo principal era o desenvolvimento das capacidades das organizações locais e o incentivo à produção local.

Estas organizações puderam adquirir conhecimentos de produção e cultivo, que as tornaram mais capazes de desenvolver os seus próprios projetos, graças ao apoio local da RA e financeiro do IPAD.

Este projeto permitiu às instituições adquirir novos instrumentos de trabalho (utensílios, sementes, estacas, etc.) e beneficiar de um conjunto de formações que lhe

permitiram adquirir capacidades para implementar novos conceitos produtivos e para desenvolver os seus próprios projetos numa fase posterior.

Globalmente o projeto toca nos aspetos essenciais inscritos na definição de CDD, mas será que o projeto cumpre os pressupostos básicos da CDD?

Não é fácil encaixar um projeto desta dimensão, em critérios vagos como os enunciados em capítulos II. É difícil fazer corresponder resultados reais com conceitos “puros”. A definição e os pressupostos da CDD são conceitos ideais e, muitas vezes, fazer corresponder os resultados reais de um projeto com conceitos vagos não é fácil.

Fazer uma análise comparativa entre aquilo que julgamos ser o “ideal” e os resultados que obtemos no terreno é um pouco redutor, porque um projeto implementado no terreno tem especificidades que o tornam único e, apesar do conceito de CDD estar definido e consagrado nos documentos oficiais da UE, cada atividade de CDD é única.

No entanto, nunca devemos deixar de considerar aquilo que seria o “ideal” promover ou fazer e, nesse âmbito, analisando o projeto em causa e tendo em conta os conceitos, objetivos e pressupostos enunciados nos capítulos iniciais, sobretudo no capítulo II desta dissertação, julgo poder afirmar que estamos perante um projeto de cooperação descentralizado de sucesso.

2. Consideração Final

Esta dissertação teve como base o conceito de CDD e seguiu um encadeamento de ideias muito lógico.

Numa primeira parte defini o Estado de Arte da CID, porque era essencial perceber o passado e a evolução que a cooperação teve ao longo dos tempos, para mostrar que o conceito de CDD surgiu da evolução da própria CID. E, é isso que com o capítulo I se propõe fazer: Perceber o passado para entender o presente!

Foi um capítulo igualmente importante para perceber o enquadramento da Cooperação Portuguesa na CID e na CDD. Pude mostrar que a Cooperação Portuguesa sempre se caracterizou por um modelo descentralizado. Assim, se o tema desta dissertação

se prendia com a Cooperação Descentralizada, então fazia muito sentido perceber em que ponto se encontrava a Cooperação Portuguesa.

No capítulo II faço a descrição pormenorizada do conceito de CDD. É neste capítulo que apresento os aspetos essenciais de uma nova forma de Cooperação, que tem sido amplamente debatida em fóruns internacionais.

Refiro, logo no início do capítulo II, que a CDD é o resultado de dois movimentos: a) descentralização e b) globalização. Ainda foi referido que os pressupostos essenciais deste novo conceito são o interesse mútuo e a reciprocidade, os quais foram explicados no capítulo em apreço.

Para além do conceito e dos seus pressupostos, foram também enunciadas as principais vantagens, desvantagens e obstáculos neste tipo de cooperação. Analisando-as pode concluir-se que as primeiras superam as segundas, podendo a CDD apresentar-se como uma solução de cooperação muito atrativa para os diversos intervenientes, sejam eles públicos ou privados, locais, nacionais ou internacionais.

Depois de explicar o conceito no capítulo II, e tendo por base a ideia de que esta dissertação não podia ser apenas conceptual e que teria de ter um exemplo prático real, tornou-se pertinente no capítulo III explicar a importância da sociedade civil.

Assim o capítulo III demonstra a importância da sociedade civil, evidenciando o papel que algumas instituições podem desempenhar na cooperação, dando um enfoque muito especial ao trabalho das ONG.

O trabalho desta dissertação pretendia ser completado com o exemplo de uma ONG guineense, então era importante perceber o contexto de atuação desta ONG, bem como o papel que a própria sociedade civil guineense tem no país.

Era necessário mostrar o contexto, a realidade, a geografia, os problemas e as particularidades de um país que ainda tem muitos problemas para resolver, sobretudo problemas relacionados com a sua própria democracia. É por isso que o capítulo IV se propôs a descrever sucintamente o país originário da ONG em estudo.

O capítulo V é o culminar do trabalho uma vez que neste caracterizado a ONG em estudo, bem como o projeto que esta desenvolveu em parceria com a ACEP.

A apresentação de um caso prático real era muito importante para a exemplificação de toda a construção teórica feita nos primeiros quatro capítulos.

Tentei, com esta dissertação, encontrar um entendimento sobre o conceito de CDD. Este conceito, apesar de já ter a sua definição consagrada nos documentos oficiais da União Europeia e seja abordado em diversos debates internacionais, ainda não está totalmente definido.

Este é um conceito integrado na evolução da CID e, ele próprio continua em evolução. Por isso, talvez esta análise e pesquisa não termine com esta dissertação que, muito provavelmente se tornará desatualizada por força da própria evolução dos métodos de trabalho praticados na CID e na CDD.

Bibliografia

ACEP & RA, 2010. *Projeto de reforço das organizações comunitárias e das suas iniciativas comunitárias de apoio às atividades de produção, transformação e comercialização nos setores de Tite e Fulacunda - Relatório 2.º Ano*, Lisboa: ACEP.

ACEP & RA, 2009. *Projeto de reforço das organizações comunitárias e das suas iniciativas comunitárias de apoio às atividades de produção, transformação e comercialização nos setores de Tite e Fulacunda - Relatório Intercalar*, Lisboa: ACEP.

Cavestany, F.B., 2007. *Cooperación descentralizada y reciprocidad*. Available at: <http://www.observ-ocd.org/libreriapagina.asp?id=285>.

Central Intelligence Agency, 2011. *The World FactBook*. Central Intelligence Agency. Available at: <https://www.cia.gov/library/publications/the-world-factbook/geos/pt.html> [Acedido abril 28, 2011].

Comissão Europeia, 2001. *The Commission and Non-Governmental Organisations: Building a Stronger Partnership*. Available at: http://ec.europa.eu/civil_society/ngo/docs/communication_en.pdf.

Conselho da União Europeia, 1998. *Regulamento (CE) n.º 1659/98 do Conselho de 17 de julho de 1998 relativo à cooperação descentralizada*, Available at: <http://eur-lex.europa.eu/LexUriServ/LexUriServ.do?uri=OJ:L:1998:213:0006:0008:PT:PDF>.

Dawson, T.C. & Bhatt, G., 2001. *The IMF and Civil Society Organizations: Striking a Balance*. Available at: <http://www.imf.org/external/pubs/ft/pdp/2001/pdp02.pdf>.

Denis Maillat, 2002. *Globalização, meio inovador e sistemas territoriais de produção*. *Revista Internacional de Desenvolvimento Local*, 3(4), pp.9-16.

FMI - Departamento de África, 2010a. *Guiné-Bissau: Primeira Avaliação do Acordo Trienal ao abrigo da Facilidade de Crédito Alargado e Avaliação das Garantias Financeiras — Relatório do Corpo Técnico, Anexo Informativo, Intervenção do Representante do Corpo Técnico, Comunicado de Imprensa sobre a Discussão no Conselho de Administração e Intervenção do Administrador do FMI para a Guiné-Bissau*, Washington, D.C. Available at: <http://www.imf.org/external/portuguese/pubs/ft/scr/2010/cr10379p.pdf>.

FMI - Departamento de África, 2010b. *Relatório do corpo técnico sobre as consultas do artigo IV em 2010 e pedido de acordo de três anos ao abrigo da facilidade de crédito ampliado e de assistência intercalar no âmbito da iniciativa reforçada para os países pobres muito endividados*, Washington, D.C.: Fundo Monetário Internacional. Available at: <http://www.imf.org/external/portuguese/pubs/ft/scr/2010/cr10117p.pdf>.

Handem, A., 2008. *Análise Institucional das Organizações da Sociedade Civil*. Available at: http://issuu.com/imvf/docs/manual_analise_institucional_das_organizacoes_da_s

Holmén, H. & Jirstrom, M., 2009. *Look who's talking!: Second Thoughts about NGO's as Representing Civil Society*. Journal of Asian and African Studies, 44, pp.429-448.

IPAD, *Diretrizes para a apresentação de proposta de programa/projeto*.

IPAD, 2008a. *Plano Indicativo de Cooperação Portugal - Guiné-Bissau (2008-2010)*. Available at: <http://www.ipad.mne.gov.pt/images/stories/Publicacoes/picguine0810.pdf>.

IPAD, 2010. *Portuguese Development Cooperation*, Lisboa: Instituto Português de Apoio ao Desenvolvimento.

IPAD, 2008b. *Uma Visão Estratégica Para a Cooperação Portuguesa* 3rd ed., Instituto Português de Apoio ao Desenvolvimento | Ministério dos Negócios Estrangeiros.

Lusthaus, C., Adrien, M.-H. & Perstinger, M., 1999. *Capacity Development: Definitions, Issues and Implications for Planning, Monitoring and Evaluation*. Universalial Occasional Paper, (35), p.21.

Paul, J.A., 2000. *NGOs and Global Policy-Making*. Available at: <http://www.globalpolicy.org/component/content/article/177-un/31611.html>.

Plataforma Portuguesa das ONGD, 2008. *Fórum da Sociedade Civil Euro-Africana Plataforma Portuguesa das ONGD.*, Lisboa.

PNUD, 2010. *Relatório Desenvolvimento Humano 2010 - A Verdadeira Riqueza das Nações: Vias para o Desenvolvimento Humano*, Nova Iorque: PNUD. Available at: http://hdr.undp.org/en/media/HDR_2010_PT_Complete_reprint.pdf [Acedido fevereiro 23, 2011].

Portal das Plataformas Nacionais de ONG, 2010. *PLACON-GB - Plataforma de Concertação das ONGs na Guiné-Bissau - International Forum of national NGO platforms - ONG-NGO*. Portal das Plataformas Nacionais de ONG. Available at: http://www.ong-ngo.org/spip.php?page=fiche_pn&lang=pt&id_rubrique=318 [Acedido maio 8, 2011].

RA, 2009. Rede Ajuda: Intercooperação e Desenvolvimento - Informações.

Rhodes, R.A.W., 1996. *The New Governance: Governing Without Government*.

Ribot, J.C., 2002. *African Decentralization - Local Actors, Powers and Accountability*.

Romero, M. del H., 2004. *Una Aproximación Contextual y conceptual a la Cooperación Descentralizada*. Available at: <http://www.observ-ocd.org/libreriapagina.asp?id=200>.

Sangreman, C. et al., 2010. *A cooperação descentralizada e as dinâmicas de mudança em países africanos - os casos de Cabo Verde e da Guiné-Bissau* CEsA - Centro de Estudos sobre África e do Desenvolvimento e ACEP - Associação para a Cooperação Entre os Povos.,

Stoker, G., 1998. *Governance as Theory: Five Propositions*.

Teresa Carvalho, 2008. *A Globalização e a Terciarização da Economia*.

Willetts, P., 2002. *What is a Non-Governmental Organization?* UNESCO Encyclopedia of Life Support Systems. Available at: <http://www.staff.city.ac.uk/p.willetts/CS-NTWKS/NGO-ART.HTM>.

World Bank and NGOs, 2001. *World Bank and NGOs*. Duke University Libraries. Available at: http://library.duke.edu/research/subject/guides/ngo_guide/igo_ngo_coop/ngo_wb.html.

Texto escrito conforme o Acordo Ortográfico - convertido pelo Lince.

Anexos



Fotografia 1



Fotografia 2



Fotografia 3



Fotografia 4



Fotografia 5



Fotografia 6